SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento
Rua Júlio Domingos de Campos, s/n –
Centro Político Administrativo – CPA
Cuiabá – MT / CEP: 78.049-903
Telefone: (65) 3613-3281
www.seplan.mt.gov.br

BOLETIM
1º Semestre | 2017

Conjuntura Econômica de Mato Grosso

Governo do Estado de Mato Grosso
José Pedro Gonçalves Taques
Governador

Secretaria de Estado de Planejamento
Guilherme Frederico de Moura Müller
Secretário

Secretaria Adj. de Inf. Socioeconômicas, Geog. e Indicadores
Elaine Corsini
Secretária Adjunta

Superintendência de Estudos Socioeconômicos e Geográficos
Antônio Abutakka
Superintendente

Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos
Eduardo Matsubara
Coordenador

Elaboração
Júnior José Amorim
Analista Administrativo
SEPLAN|SI|SEGE|CES

CONJUNTURA ECONÔMICA DE MATO GROSSO

Júnior José Amorim[1]

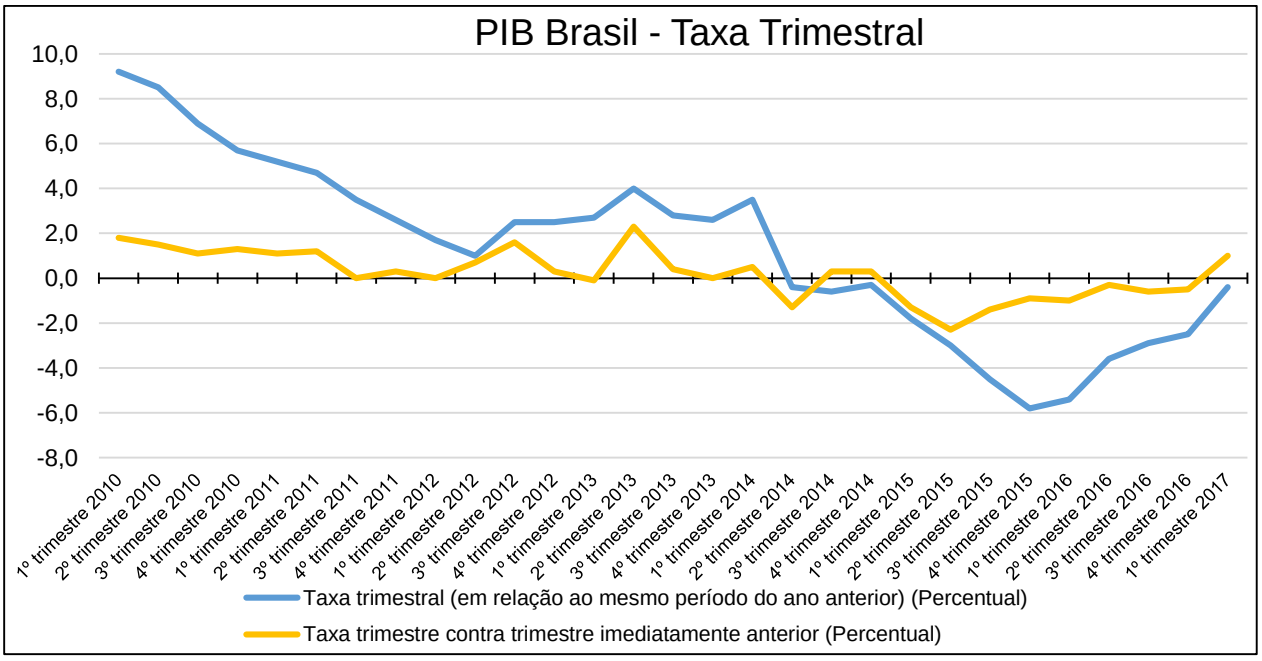
Este trabalho tem como objetivo apresentar a dinâmica econômica de Mato Grosso, com maior atenção ao primeiro semestre de 2017, e descrever como esta se comportou nesse período. Diante tal proposta, detalha-se algumas atividades econômicas, consideradas mais relevantes, para que se possa explicar os fenômenos que estão por detrás dos indicadores e analisar, diante isso, as consequências resultantes destas nas contas do governo do Estado.

O trabalho se encontra estruturado em tópicos, porém diante a realidade do entrelaçamento das atividades econômicas, alguns argumentos podem estar melhor elucidados em tópicos posteriores, ou mesmo anteriores, a depender da natureza econômica das relações comerciais.

Ressalta-se que o Brasil é analisado, de modo mais pormenorizado, em outro trabalho referente a resumo conjuntural do primeiro trimestre de 2017 e também é encontrado na Conjuntura Econômica do primeiro semestre de 2016, onde são exibidas ainda explicações atinentes a economia dos EUA e da China, as atuais duas maiores economias do mundo e com grande influência tanto para o Brasil quanto para Mato Grosso.

1. INTRODUÇÃO

Diante a estagnação de 2014 e a "depreflação[2]" econômica de 2015 e 2016, a economia brasileira apresentou, no primeiro semestre de 2017, leves sinais de reestruturação.



Fonte: IBGE.

[1] Analista Economista – SEPLAN-MT| SI | SEGE | CES.
[2] Depressão econômica e elevado desemprego concomitantemente a contínua elevação da taxa de inflação.

Entretanto, o Ministério da Fazenda, em julho de 2017 determinou a elevação de impostos sobre os combustíveis, uma medida, economicamente, bastante questionável, principalmente para o atual momento do país. Uma vez que a elevação dos preços dos combustíveis afeta negativamente toda a cadeia produtiva, onerando os custos de produção e elevando os preços dos bens de produção, de consumo e os serviços, afetando, de modo mais intenso, os mais pobres e os trabalhadores desempregados. Essa elevação nos preços dos combustíveis deve afetar o, já baixo, crescimento previsto da economia ou, na pior das hipóteses, prolongar a situação recessiva do país.

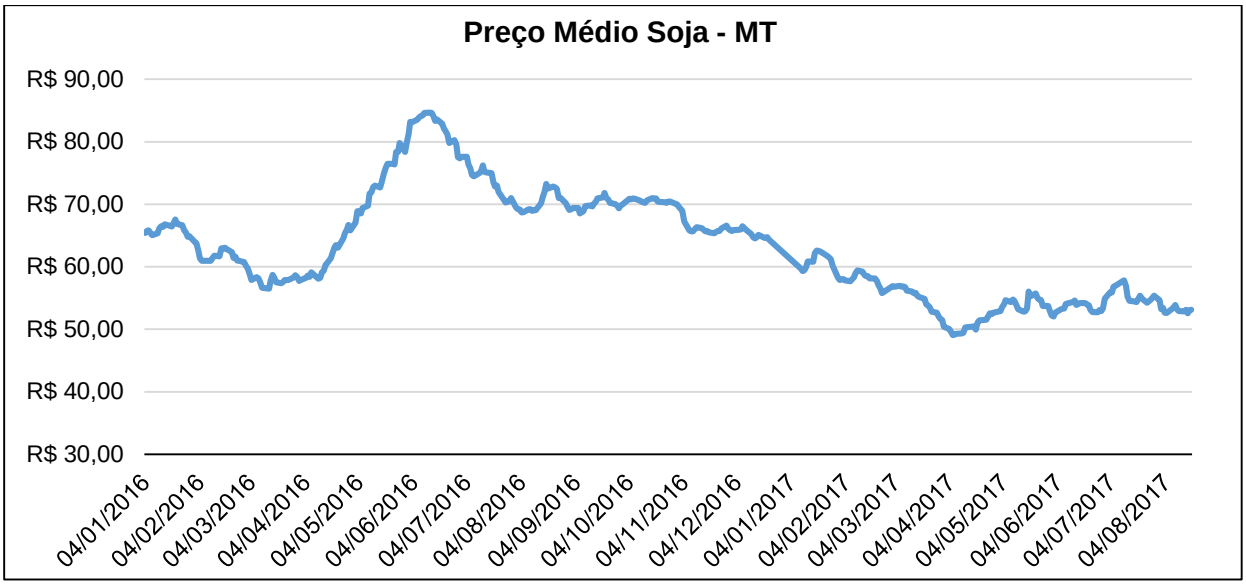
2. COMÉRCIO EXTERIOR

Os 10 principais produtos Exportados por Mato Grosso

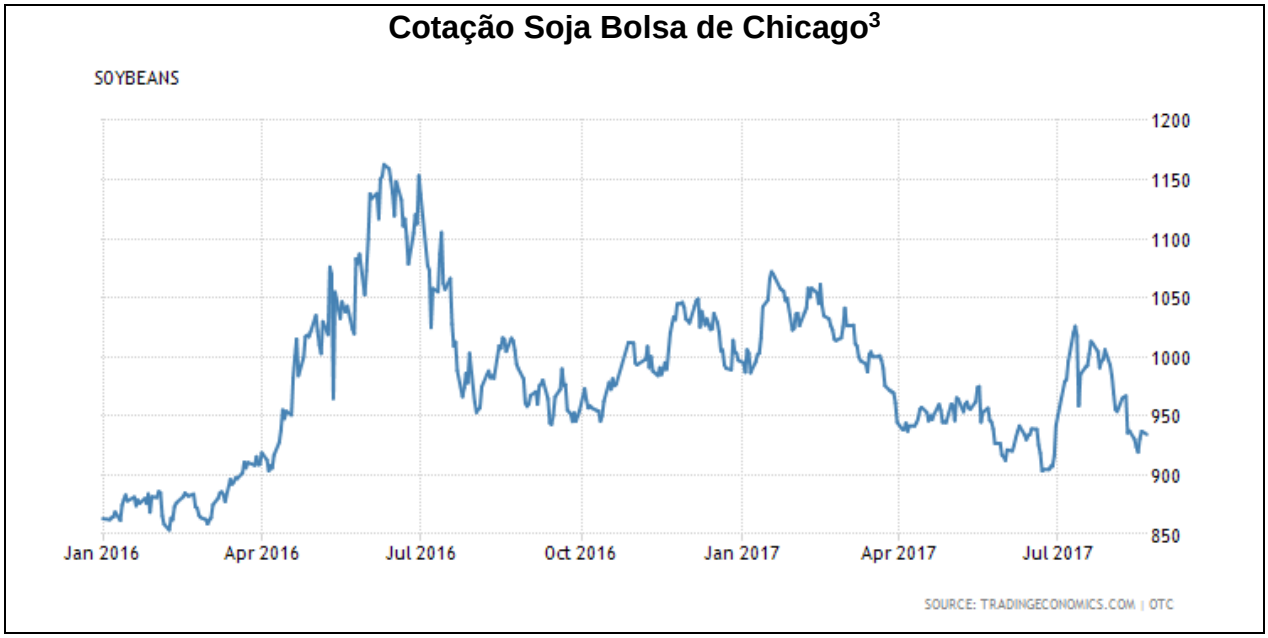
	Descrição (NCM)	2017 (JAN - JUN)			2016 (JAN - JUN)			Var%
		Mil US$ FOB	Part. %	Volume (mil ton)	Mil US$ FOB	Part. %	Volume (mil ton)	JAN-JUN 2017/2016
	TOTAL GERAL	**8.046.117**	**100,0**	**19.626**	**8.216.420**	**100,0**	**24.031**	**-2,07**
	TOTAL DOS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	**7.730.979**	**96,08**	**19.371**	**7.912.623**	**96,30**	**23.741**	**-2,30**
1	SOJA, MESMO TRITURADA, EXCETO PARA SEMEADURA	5.453.181	67,77	14.377	4.657.187	56,68	12.943	17,09
2	BAGACOS E OUTS.RESIDUOS SOLIDOS, DA EXTR.DO OLEO DE SOJA	885.311	11,00	2.344	858.136	10,44	2.477	3,17
3	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, CONGELADAS	399.144	4,96	98	353.992	4,31	93	12,76
4	MILHO EM GRAO, EXCETO PARA SEMEADURA	280.719	3,49	1.686	1.208.536	14,71	7.256	-76,77
5	FARINHAS E "PELLETS", DA EXTRACAO DO OLEO DE SOJA	226.574	2,82	549	246.416	3,00	578	-8,05
6	ALGODAO SIMPLESMENTE DEBULHADO, NAO CARDADO NEM PENTEADO	220.891	2,75	129	333.794	4,06	225	-33,82
7	OLEO DE SOJA, EM BRUTO, MESMO DEGOMADO	96.127	1,19	130	66.009	0,80	94	45,63
8	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, FRESCAS OU REFRIGERADAS	67.271	0,84	10	76.325	0,93	13	-11,86
9	OUTRAS CARNES DE SUINO, CONGELADAS	51.265	0,64	19	37.801	0,46	19	35,62
10	PEDACOS E MIUDEZAS,COMEST.DE GALOS/GALINHAS, CONGELADOS	50.492	0,63	24	74.423	0,91	38	-32,16

Fonte: Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços.

No que concerne ao Estado de Mato Grosso, nota-se, neste primeiro semestre de 2017, uma redução do total das exportações em dólar FOB, foram US$ 170.302.960 a menos em relação ao mesmo período de 2016. Destacam-se de modo geral o aumento de 17% do volume exportado em toneladas da soja e a retração de 76% do volume de milho exportado.



Fonte: IMEA.



Fonte: Tradingeconomics.

A soja alcançou, neste primeiro semestre, o preço (em dólar FOB) por tonelada maior do que em 2016, pois com a valorização do real o preço em dólar por quilo se elevou. Entretanto, quando se compara a cotação na bolsa de Chicago, evidencia-se um descompasso[4] mundial entre a maior oferta e o consumo que, embora tenha se elevado em relação ao ano anterior, mostrou-se insuficiente para manter o nível dos preços, que por consequência aliado ao câmbio dos períodos, refletiu-se em preços internos bastante

[3] CME Group Inc. (Chicago Mercantile Exchange & Chicago Board of Trade).

[4] O 4º levantamento do USDA - *United States Department of Agriculture – (Departamento de Agricultura Norte Americano),* divulgado no boletim de agosto 2017 pela FIESP, revela que a estimativa da safra mundial 2016/2017 a produção foi de 351,7 milhões de toneladas frente um consumo de 329,2 toneladas. Anteriormente, nos relatórios da safra (ambos de agosto) de 2014/2015 e 2015/2016, essa relação era inversa com o consumo (ou seja, consumiu-se além da produção parte do estoque) sendo maior que a produção (http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/safra-mundial-de-soja/).

inferiores a sua referência no ano anterior, resultando em preços próximos, e até mesmo abaixo, do custo de produção estimado[5].

O milho apresenta uma dinâmica bastante diferente daquela ocorrida no primeiro semestre de 2016. Embora o preço médio da exportação de 2017 seja praticamente o mesmo preço em dólar FOB por tonelada de 2016, a quantidade exportada caiu drasticamente no período analisado. Isso se deve a maior produção mundial[6], que atingiu 1.070,5 milhões de toneladas na safra 2016/2017, diante um consumo mundial de 1.030,5 milhões de toneladas. Na safra anterior (2016), a produção e o consumo mundial foram, respectivamente, de 957,7 e 974,5 milhões de toneladas.

Cotação Milho Bolsa de Chicago[7]

Fonte: Tradingeconomics.

Tal desacerto fez com que os preços mundiais, no primeiro semestre, fossem elevados. Esse fato é bastante pertinente para entender o contexto atual, pois essa maior demanda mundial de 2016, aliada a um câmbio desvalorizado tornou economicamente bastante vantajoso a opção pela exportação. Isso aliado a uma quebra de safra em Mato Grosso, resultou em uma considerável escassez do produto no mercado interno, ocasionando uma disparada nos preços, sendo este o indicador determinante de investimento para o produtor na safra de 2017. Em termos teóricos, os preços maiores de 2016 deslocaram a curva de oferta para direita em 2017. A curva de oferta, embora seja uma proposição básica, é uma lei econômica geral, por isso, da mesma forma que influenciou produtores no Brasil, afetou produtores de outros países. Resultado: a produção mundial de milho se elevou. A safra de 2016 em Mato Grosso que havia tido uma produção de 15,6 milhões

[5] A saca permaneceu a maior parte do primeiro semestre com preços menores do valor de produção estimados pelo IMEA. Fonte: http://www.imea.com.br/imea-site/relatorios-mercado-detalhe?c=4&s=3
[6] O 4º levantamento do USDA - *United States Department of Agriculture – (Departamento de Agricultura Norte Americano) divulgado* no boletim de agosto 2017 pela FIESP.
[7] CME Group Inc. (Chicago Mercantile Exchange & Chicago Board of Trade)

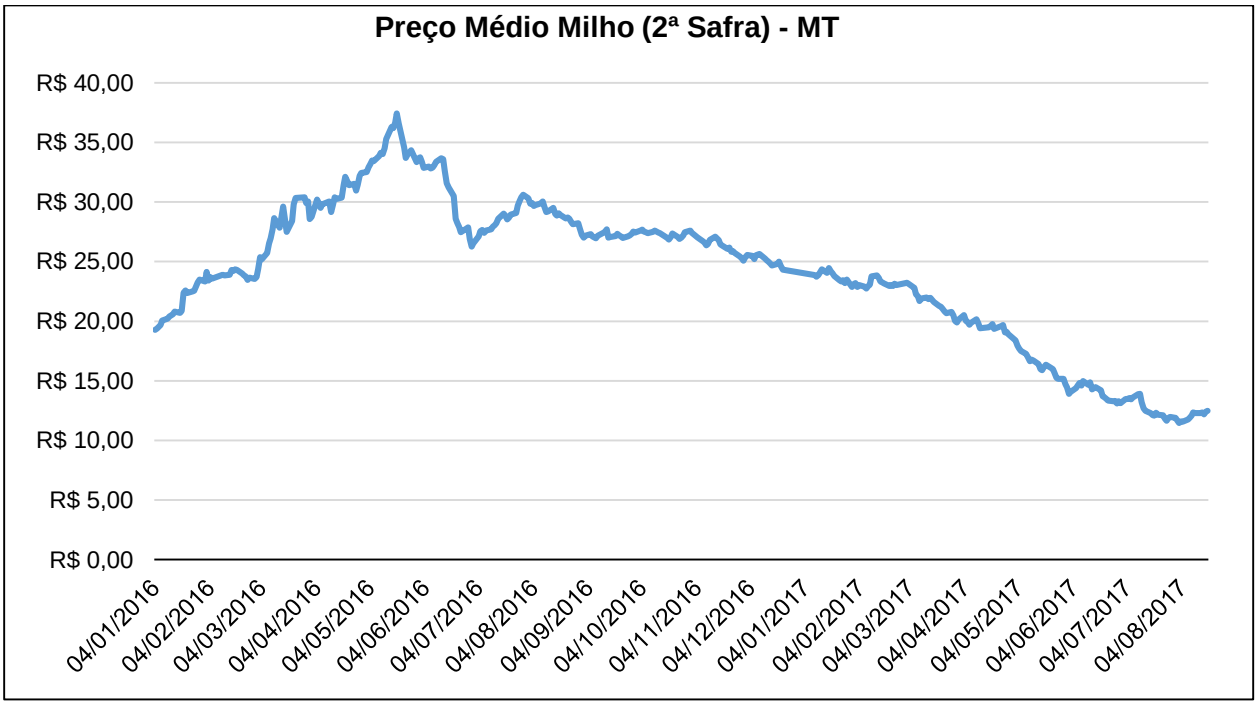
de toneladas[8] em 2017, segundo a 3º estimativa do levantamento sistemático da produção agrícola (LSPA)[9], atingiu 27,7 milhões de toneladas.

A maior produção global e a preferência por outros mercados fizeram com que a "super" safra de Mato Grosso em 2017 ficasse praticamente estagnada no estado, fazendo com que seu preço tivesse se reduzido em média a metade[10] em relação ao mesmo período de 2016.

Milho: Produção Total - Mato Grosso

	Fechamento Safra 2015	Fechamento Safra 2016	3ª Estimativa da Safra 2017
Área (hectares)	3.581.165	3.748.060	4.646.567
Produção (toneladas)	21.853.351	15.6464.697	27.692.148

Fonte: IBGE/LSPA/GECEA-MT.



Fonte: IMEA.

[8] Fechamento da safra 2016 – IBGE/LSPA.
[9] Documento do GECEA Mato Grosso.
[10] Segundo o IMEA, a saca que em 1º agosto de 2016 era comercializada pelo produtor até a R$ 34,80 em 1º agosto de 2017 alcançou apenas R$ 15,20.

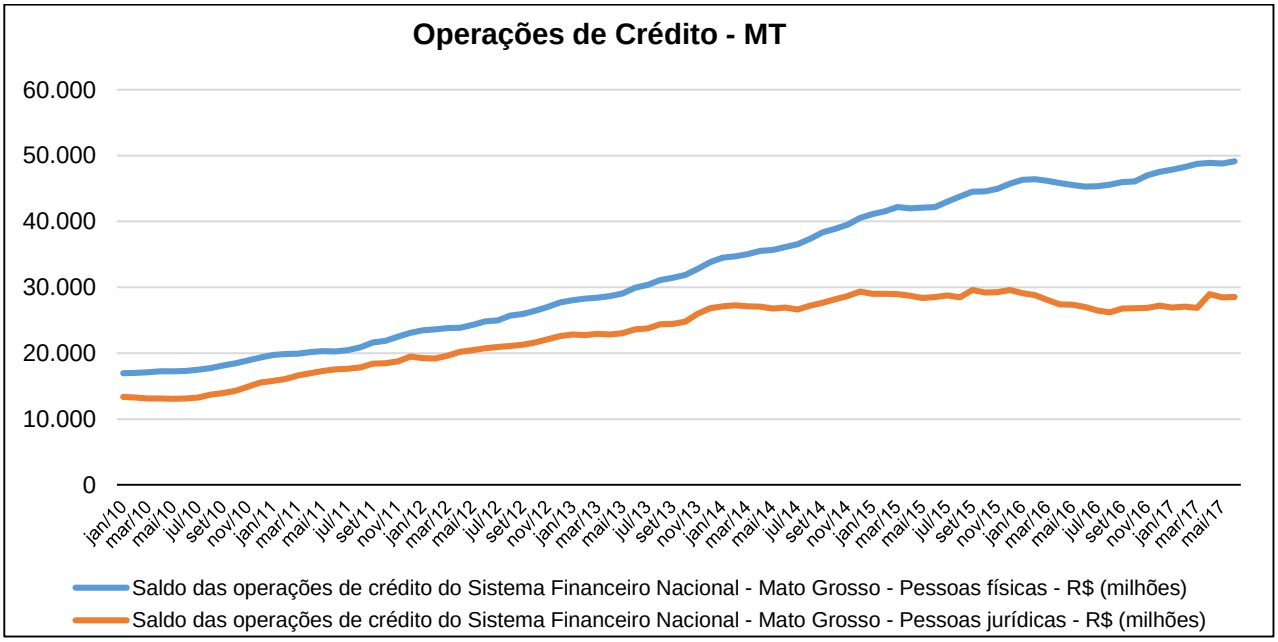
Principais Países Destinos das Exportações Mato-grossenses

	Descrição	2017 (JAN - JUN)		2016 (JAN - JUN)		Var%
		US$ FOB	Part %	US$ FOB	Part %	JAN - JUN 2017/2016
	TOTAL GERAL	**8.046.117.308**	**100,00**	**8.216.420.268**	**100,00**	**-2,07**
	TOTAL DOS 10 PRINCIPAIS PAÍSES DESTINOS	**6.577.486.046**	**81,75**	**5.672.408.716**	**69,04**	**15,96**
1	CHINA	3.732.712.278	46,39	3.111.107.712	37,86	19,98
2	TAILANDIA	596.089.980	7,41	346.478.484	4,22	72,04
3	PAISES BAIXOS (HOLANDA)	552.839.989	6,87	464.093.822	5,65	19,12
4	ESPANHA	422.308.360	5,25	339.129.140	4,13	24,53
5	IRA	358.933.989	4,46	351.178.250	4,27	2,21
6	INDONESIA	316.393.036	3,93	386.317.231	4,70	-18,10
7	RUSSIA	179.803.136	2,23	239.197.552	2,91	-24,83
8	HONG KONG	159.510.417	1,98	125.668.788	1,53	26,93
9	TURQUIA	136.616.928	1,70	101.879.364	1,24	34,10
10	VIETNA	122.277.933	1,52	207.358.373	2,52	-41,03

Fonte: Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços

3. CRÉDITO, JURO E INADIMPLÊNCIA

3.1 - Operações de Crédito



Fonte: Banco Central do Brasil

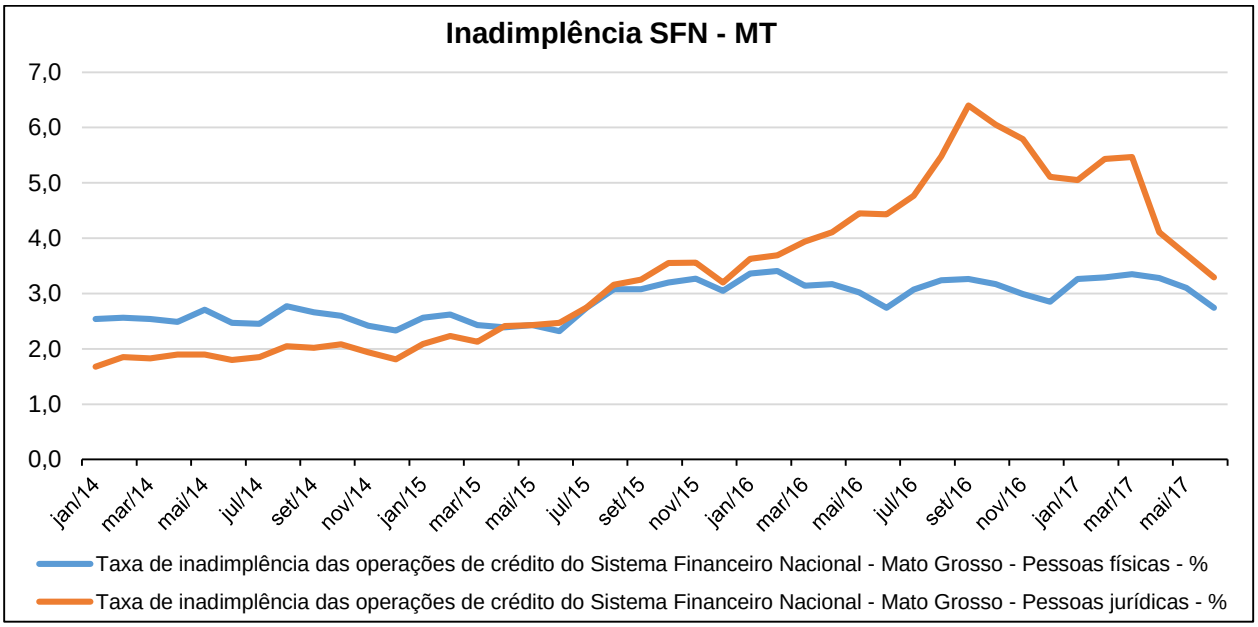
O saldo das operações de crédito (empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil concedidas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional - SFN) apresentou, ao longo de 2016, contração (nominal) tanto para pessoas jurídicas, quanto

para pessoas físicas. Tal fato é muito importante a se destacar, tendo em vista que demonstra como a crise econômica foi severa no estado, já que a contração monetária reflete a intensidade negativa que atingiu o consumo e os investimentos.

O setor privado apresenta, ao longo do primeiro semestre de 2017, um crescimento nominal bastante baixo, o que em termos reais, reflete um poder aquisitivo menor que os anos anteriores, ou seja, menos investimentos.

O consumo das pessoas físicas apresenta um crescimento mais acentuado no final de 2016 e persistindo ao longo do primeiro semestre de 2017, indicando uma leve e incipiente melhora no setor terciário do Estado.

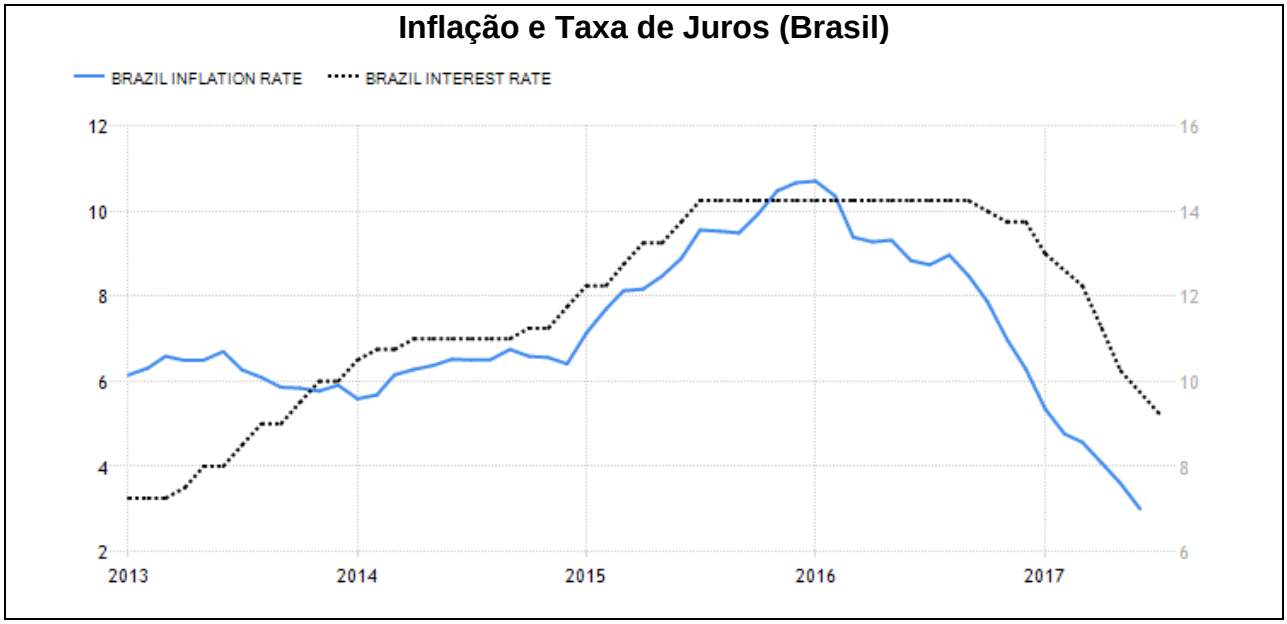
3.2 - Inadimplência



Fonte: Banco Central do Brasil.

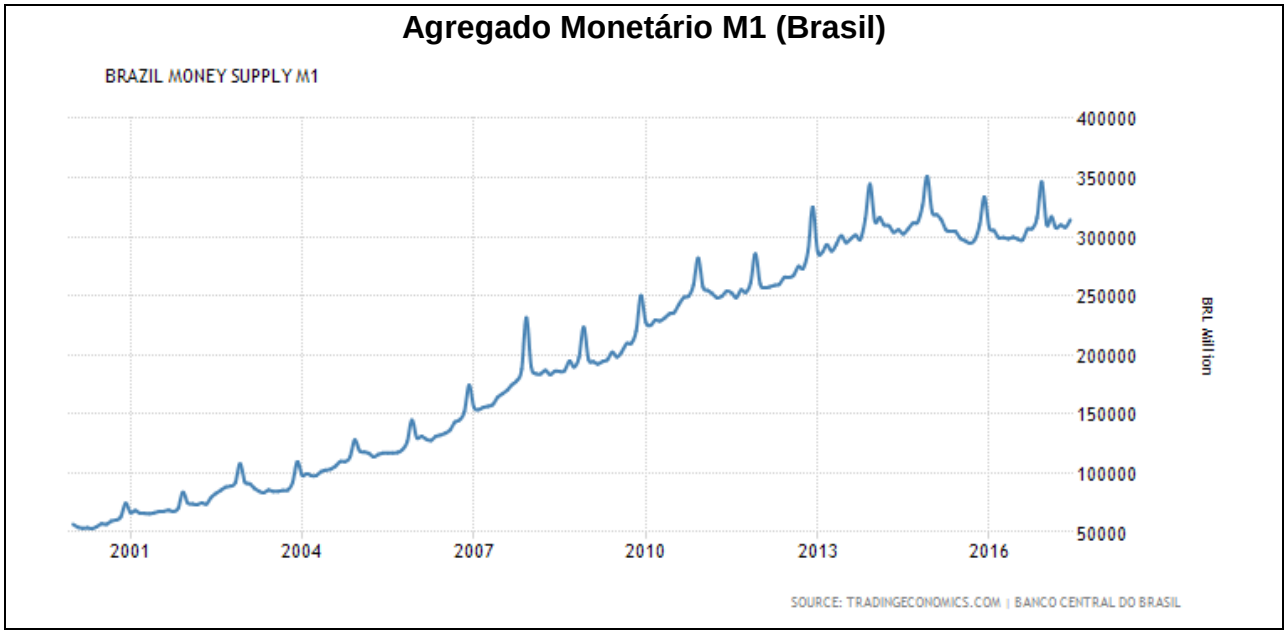
A inadimplência surge como reflexo da situação econômica do país, que em função da ressaca de crédito (fruto da manipulação baixista da taxa Selic que gerou um aumento do endividamento) e do aumento dos gastos públicos (que aumentou a demanda de insumos) ambos orientados pela "Nova Matriz Econômica[11]" têm, como consequência lógica, elevação da taxa de inflação, resultando, por fim, em juros maiores, tanto pela menor reserva dos bancos e da correção inflacionária dos contratos quanto pelo próprio ajuste da Selic. Diante este fato, tornou-se inexequível, como política de governo, que o Banco Central mantivesse os juros artificialmente baixos (para manutenção do consumo), pois a inflação de preços já descoordenava toda a cadeia produtiva sendo as ações da diretoria do Banco Central para controle da inflação ignorada pelos agentes produtivos.

[11] Nova Matriz Econômica foi a política econômica adotada pelo país durante o segundo Governo Lula e os Governos de Dilma Rousseff. Era caracterizada por: expansão fiscal (estímulos), crédito abundante a juros subsidiados e taxa de câmbio controlada. Tal política, de inspiração keynesiana, atribui-se a expoentes economistas da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas.



Fonte: Tradingeconomics / IBGE / Banco Central do Brasil.

Uma vez que a taxa Selic, usada como referência para as demais taxas de juros, é elevada (de 2013 a 2015) e evidencia toda a disputa de recursos tanto para consumo quanto para produção, torna-se visível a realidade da inviabilidade econômica financeira de muitos projetos (tanto de bens produção quanto bens de consumo duráveis), fruto da artificialidade do modelo expansionista desenvolvimentista, ocasionando por consequência a elevação da inadimplência.

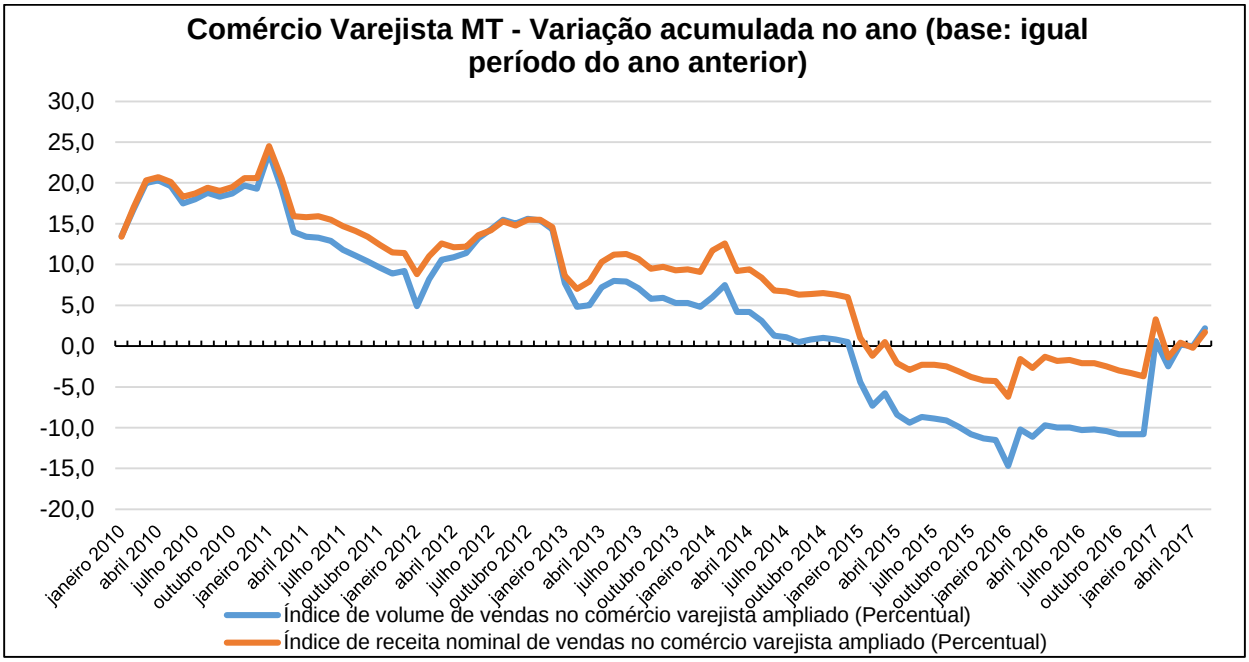


Fonte: Tradingeconomics / Banco Central do Brasil.

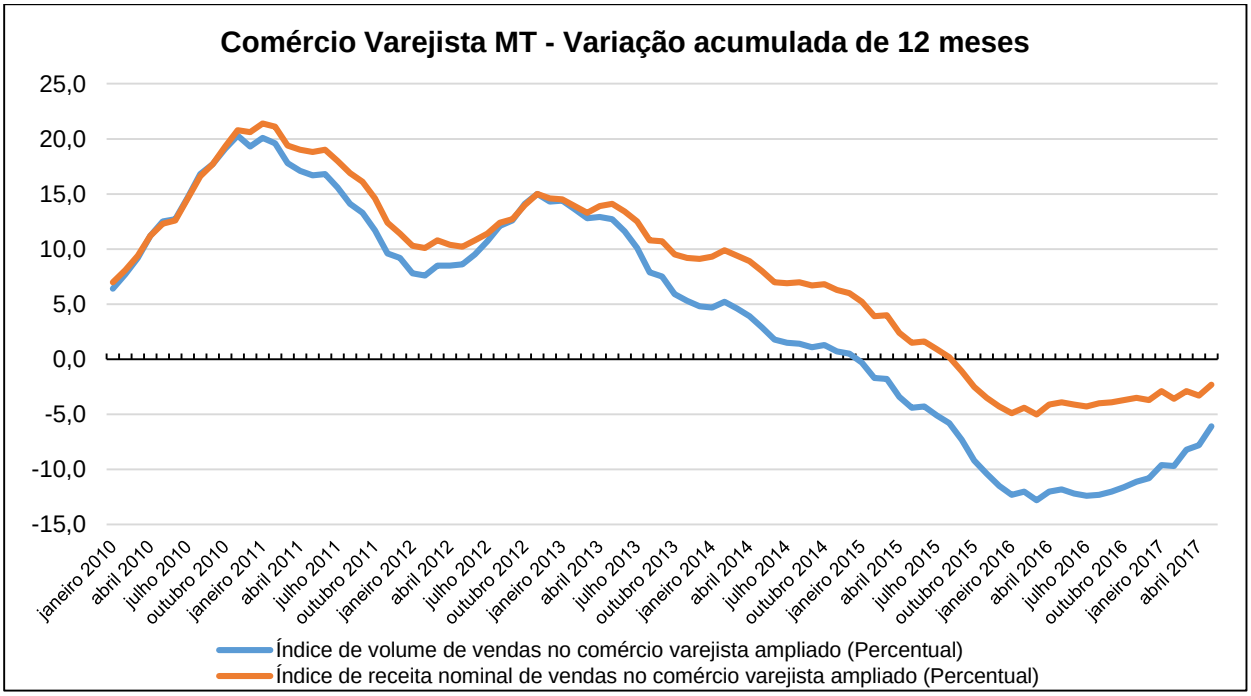
Em setembro de 2016, a inadimplência do setor privado começa a retroceder, entretanto, isso se dá por três motivos. O primeiro decorrente do fechamento e falência das empresas, resultando em venda de ativos para saldar em parte os prejuízos, dívidas e

demissões. O segundo em função da redução dos pedidos das pessoas físicas e jurídicas, bem como da maior restrição na concessão de crédito pelos bancos. O terceiro motivo (em razão dos dois anteriores) ocorre com a estagnação do volume financeiro do agregado M1 (verificado a partir do final de 2015), resultando na retração da inflação, o que fez com que os diretores do Banco Central se sentissem motivados a chancelar a redução dos juros Selic ao final de 2016, o que também favoreceu a retração da inadimplência.

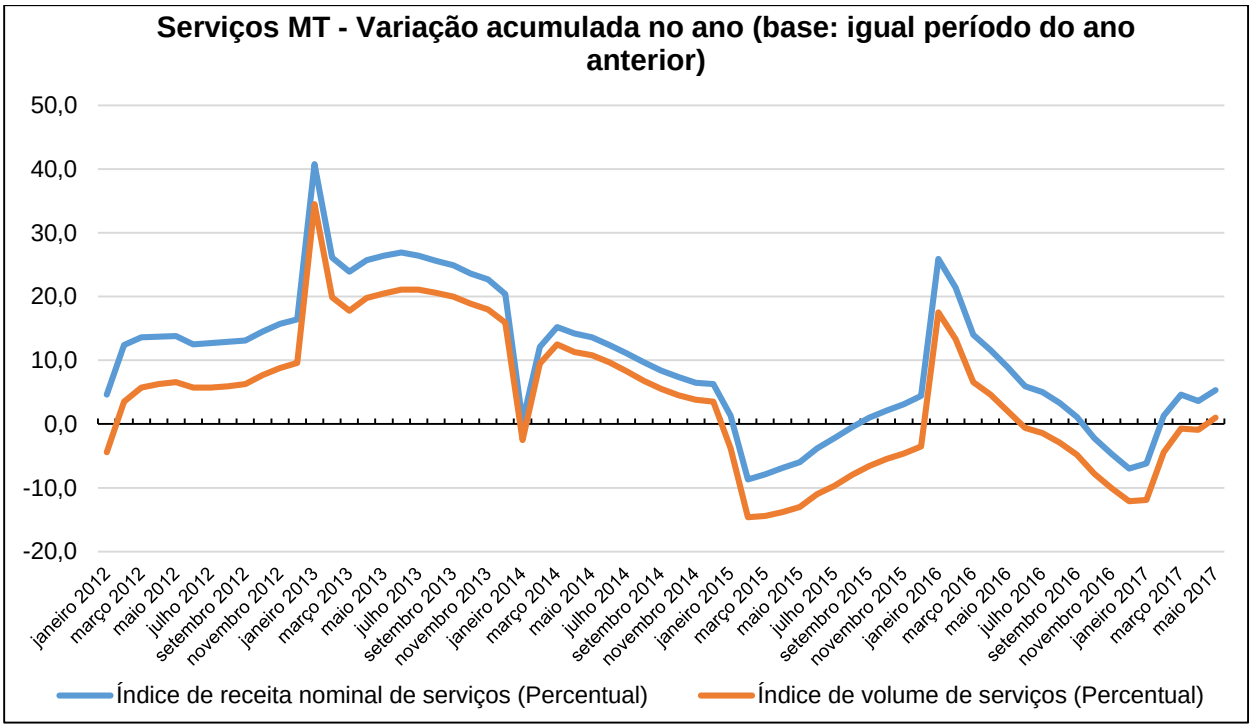
4. COMÉRCIO E SERVIÇOS



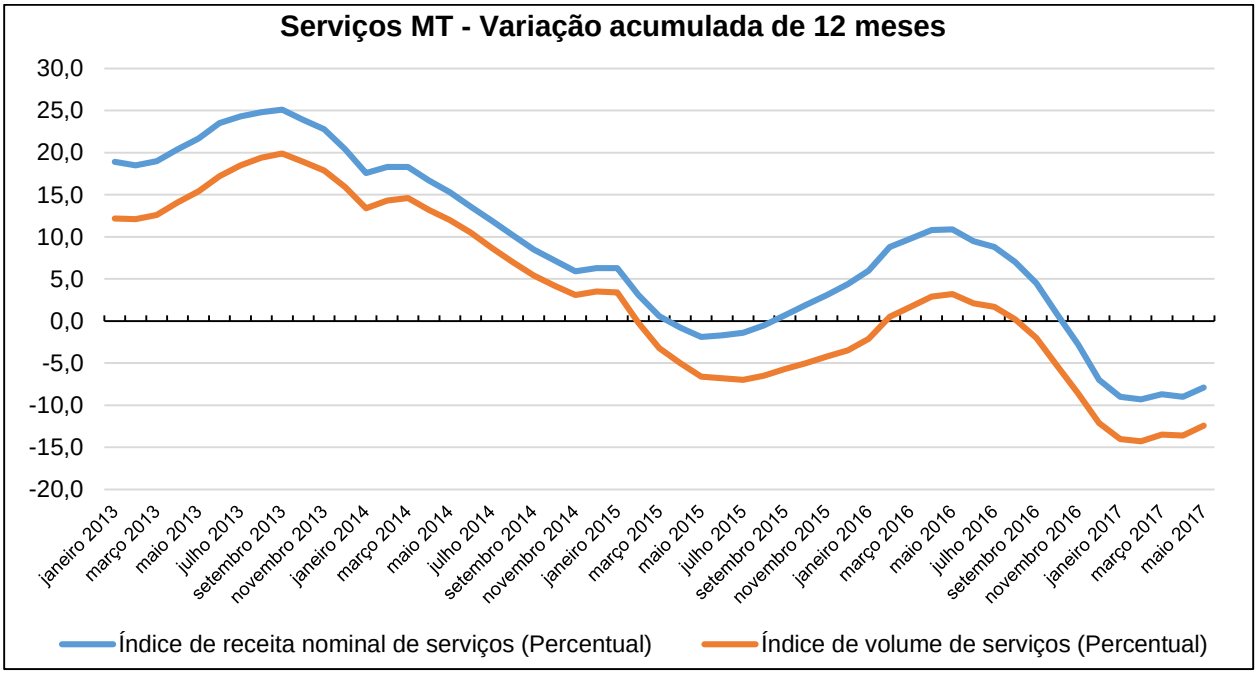
Fonte: IBGE.



Fonte: IBGE.



Fonte: IBGE.

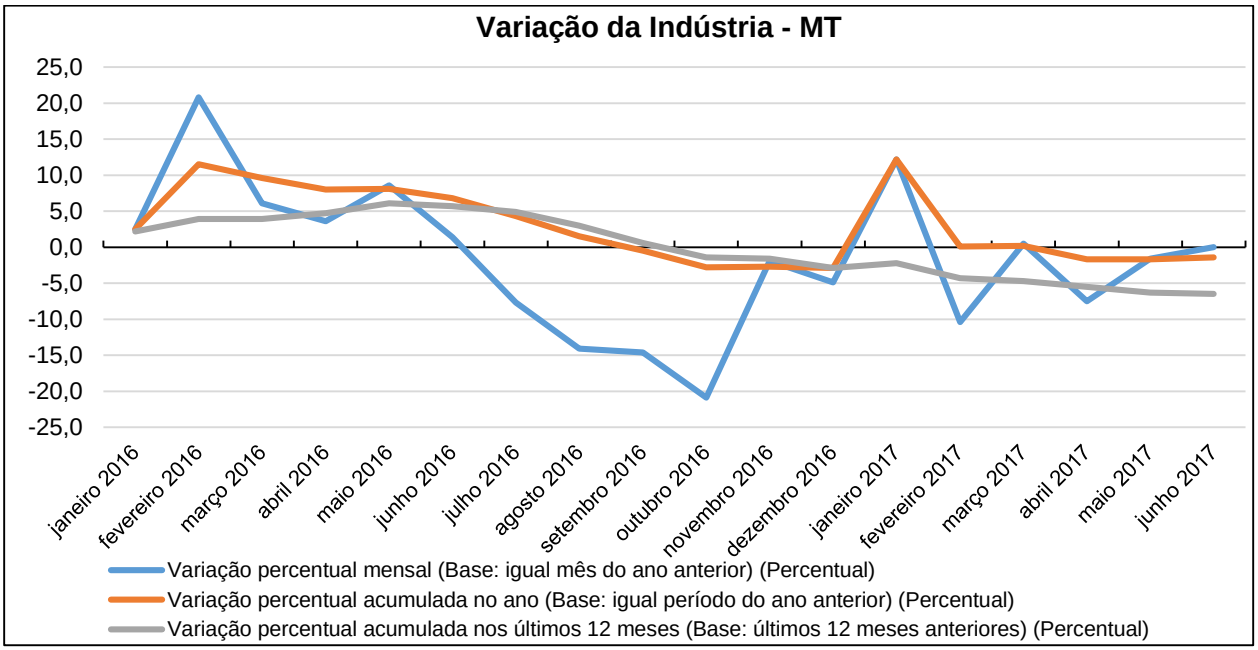


Fonte: IBGE.

A redução dos juros e da inadimplência proporcionaram, no primeiro semestre de 2017, a lenta retomada do Comércio e dos Serviços, este último porém, de forma mais evidente e acelerada, puxado pelo agronegócio.

O comércio e os serviços sinalizam que a atividade do setor terciário mato-grossense está saindo do período mais crítico da crise econômica que o atinge, embora este processo incipiente seja dependente de reformas macro estruturais nacionais e locais, que, não se concretizando, deixam em xeque esse crescimento.

5. INDÚSTRIA

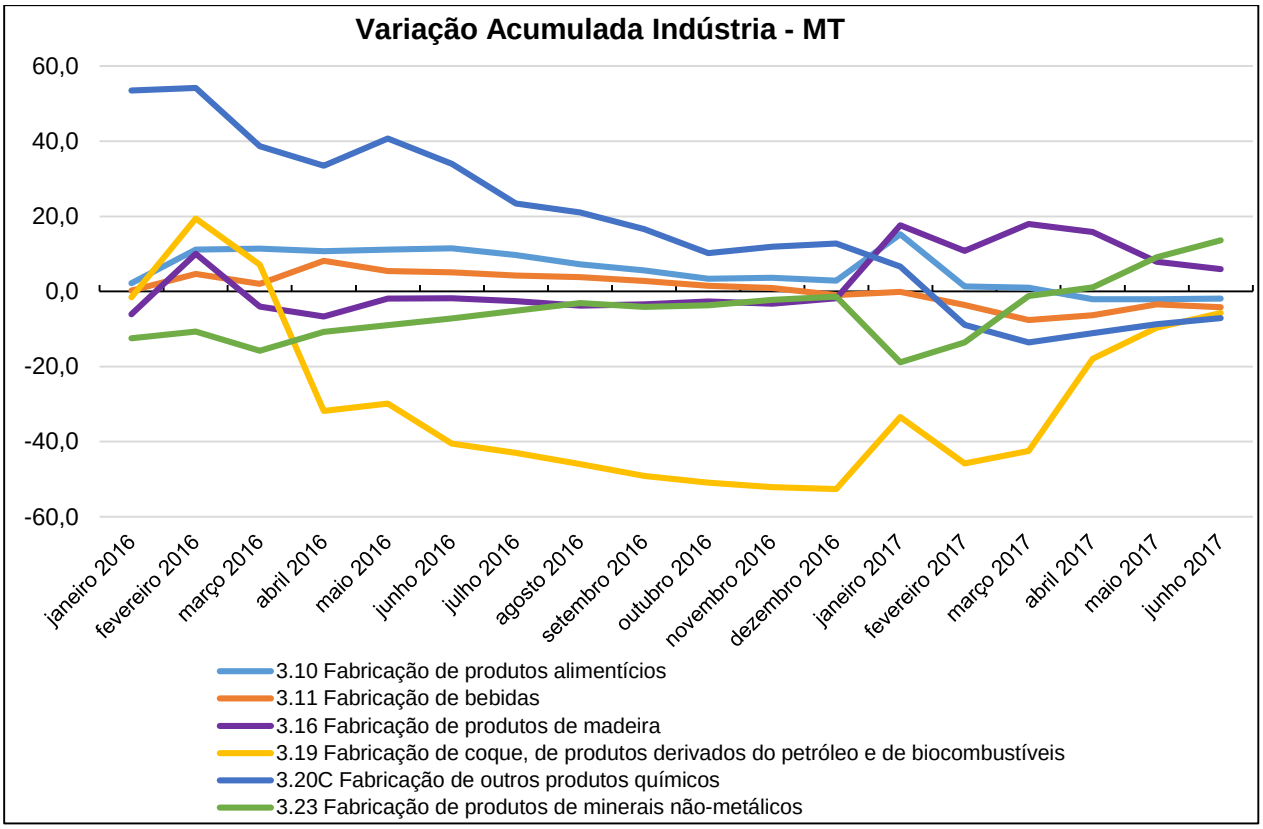


Fonte: IBGE.

Variação da Indústria: Primeiro Semestre 2017 - MT

	Janeiro 2017	Fevereiro 2017	Março 2017	Abril 2017	Maio 2017	Junho 2017
Variação percentual mensal (Base: igual mês do ano anterior) (Percentual)	12,2	-10,4	0,5	-7,5	-1,6	**0**
Variação percentual acumulada no ano (Base: igual período do ano anterior) (Percentual)	12,2	0,1	0,2	-1,7	-1,7	**-1,4**
Variação percentual acumulada nos últimos 12 meses (Base: últimos 12 meses anteriores) (Percentual)	-2,2	-4,3	-4,7	-5,5	-6,3	**-6,5**

Fonte: IBGE.



Fonte: IBGE.

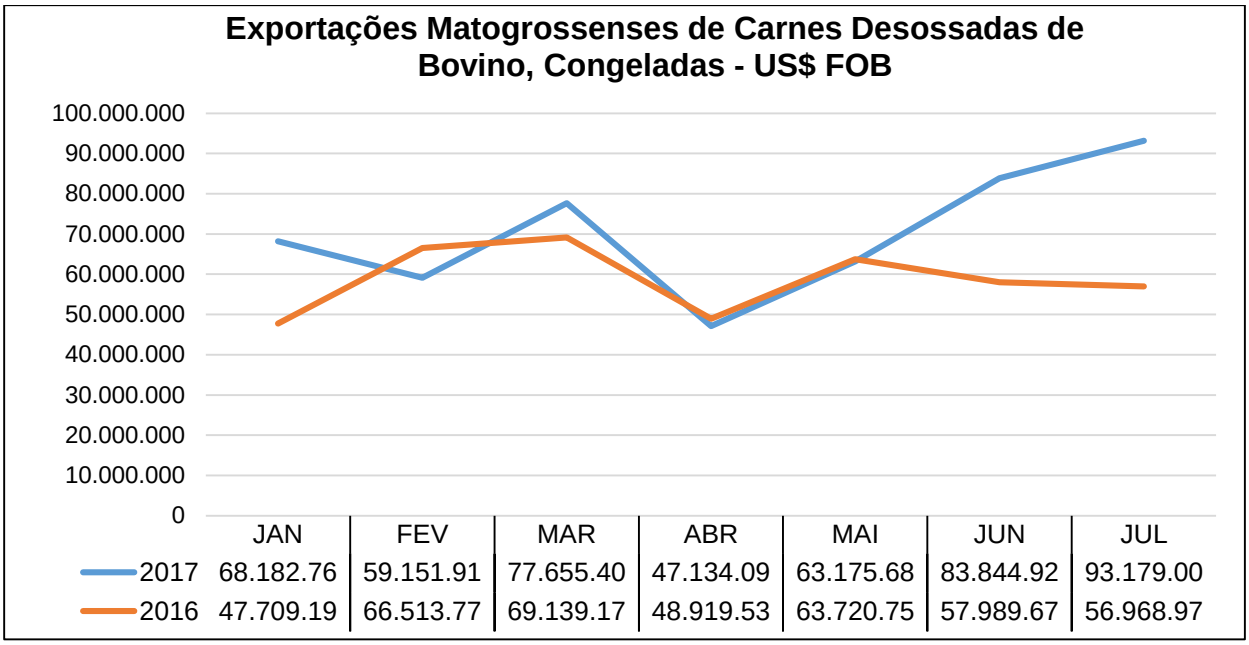
Variação Acumulada Primeiro Semestre 2017 - MT

	Janeiro 2017	Fevereiro 2017	Março 2017	Abril 2017	Maio 2017	Junho 2017
3.10 Fabricações de produtos alimentícios	15,2	1,3	1	-2,1	-2,1	**-1,9**
3.11 Fabricações de bebidas	-0,1	-3,6	-7,6	-6,3	-3,4	**-4,2**
3.16 Fabricações de produtos de madeira	17,6	10,8	18	15,8	7,9	**5,9**
3.19 Fabricações de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-33,4	-45,8	-42,5	-17,9	-9,7	**-5,7**
3.20C Fabricação de outros produtos químicos	6,6	-8,9	-13,6	-11,1	-8,7	**-7,1**
3.23 Fabricações de produtos de minerais não-metálicos	-18,9	-13,6	-1,2	1,1	9,1	**13,6**

Fonte: IBGE.

A indústria do Mato Grosso, na variação acumulada dos seis primeiros meses de 2017 (tendo como base igual período do ano anterior), apontou retração de 1,4% frente a igual período do ano anterior, com quatro dos seis setores investigados mostrando queda na produção.

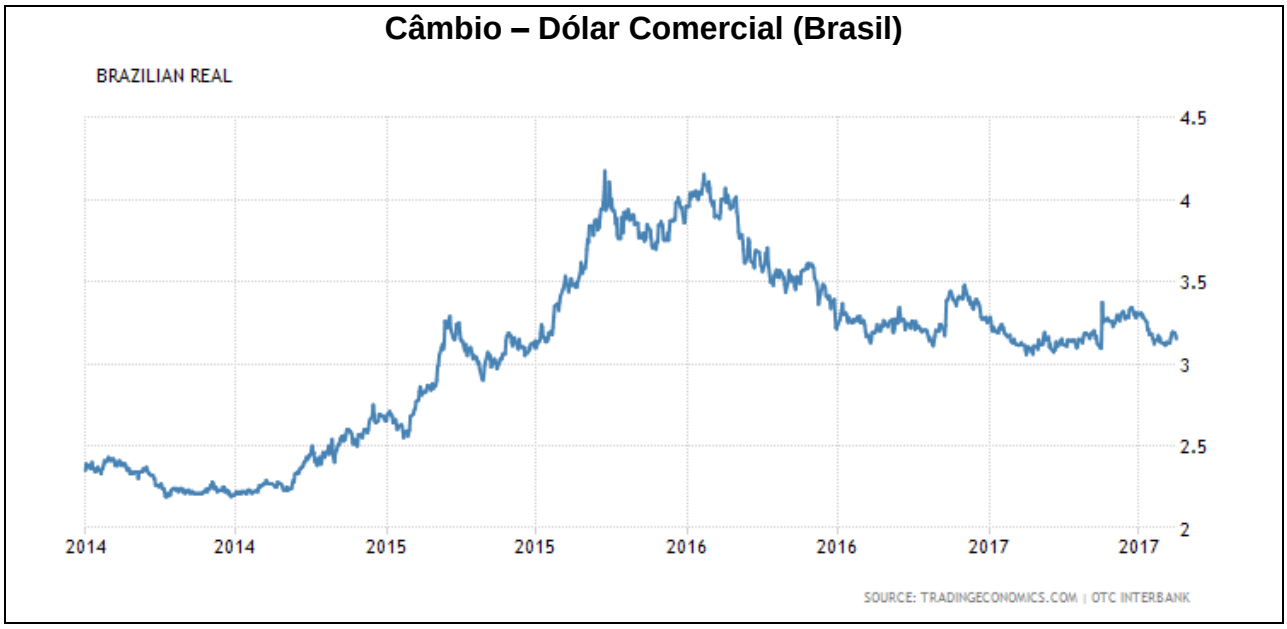
O principal impacto negativo na indústria foi assinalado pelo setor de produtos alimentícios (-1,9%), pressionado, em grande parte, pela menor fabricação de carnes de bovinos congeladas no primeiro semestre de 2017. Embora se verifique a retomada com mais intensidade das exportações dessa commodity em junho e julho, o que deve influenciar positivamente no preço da carne no mercado interno.



Fonte: AliceWeb – MDIC.

As demais pressões negativas vieram dos setores de outros produtos químicos (-7,1%), de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-5,7%) e de bebidas (-4,2%), explicados, sobretudo, pela menor fabricação de adubos ou fertilizantes com nitrogênio, fósforo e potássio (NPK); de álcool etílico; e de refrigerantes, cervejas e chope, respectivamente.

É interessante notar como a atividade de fabricação de outros produtos químicos (adubos ou fertilizantes com nitrogênio, fósforo e potássio - NPK), que vinha em crescimento bastante forte desde 2015, sofre um tombo no primeiro semestre de 2017. Isso é explicado pelo efeito do câmbio, pois uma vez que a crise econômica e a inflação elevada, aliados a fatores políticos, resultaram na desvalorização do real frente ao dólar, (encarecendo as importações, resultando na elevação dos custos de produção), propiciou maior demanda pelo produto local. Com o câmbio se estabilizando em valores menores, a partir de 2016, as importações se tornam economicamente mais atrativa, o que faz com que a atividade local perdesse a competitividade de seu preço, refletindo em seu menor nível de produção.



Fonte: Tradingeconomcs / Banco Central.

Importação de adubos ou fertilizantes com nitrogênio, fósforo e potássio (NPK) - MT

Período	US$ FOB	Peso Líquido (kg)
01/2017 até 07/2017	18.697.600	78.001.868
01/2016 até 07/2016	19.276.162	63.889.337
01/2015 até 07/2015	18.047.813	54.574.187
01/2014 até 07/2014	1.833.323	4.905.000

Fonte: AliceWeb.

A atividade de Produtos de Madeira (5,9%) apontou a influência positiva mais importante sobre o total da indústria, impulsionada, em grande parte, pela maior fabricação de madeira serrada, aplainada ou polida. Outro destaque positivo, com crescimento de 13,6%, foi a Fabricação de Produtos de Minerais Não Metálicos (fabricação de cimentos "Portland"), uma vez que ressalta a retomada, ainda que incipiente, da construção civil, que demandam os setores de comércio e serviços.

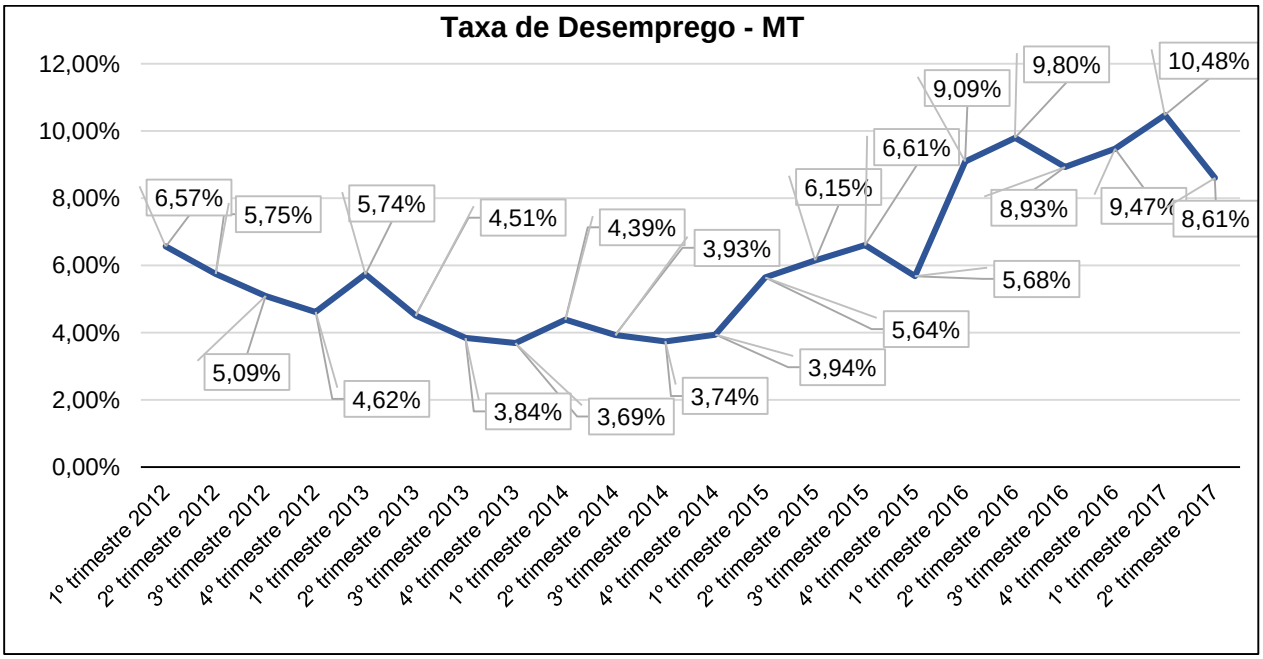
6. MERCADO DE TRABALHO E RENDA

6.1 - Taxa de Desemprego Mato Grosso

Condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação	1º trimestre 2016	2º trimestre 2016	3º trimestre 2016	4º trimestre 2016	1º trimestre 2017	2º trimestre 2017
Total População em idade Ativa	2.548	2.569	2.574	2.590	2.605	2.589
População Economicamente ativa (Força de trabalho)	1.628	1.674	1.647	1.668	1.642	1.650
Força de trabalho - ocupada	1.480	1.510	1.499	1.510	1.470	1.508
Força de trabalho - desocupada	148	164	147	158	172	142
Fora da força de trabalho	920	894	928	922	963	939
Taxa de Desemprego	**9,09%**	**9,80%**	**8,93%**	**9,47%**	**10,48%**	**8,61%**

Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

A taxa de desemprego em Mato Grosso recuou para 8,61% no segundo trimestre de 2017, ante 10,48% do trimestre anterior (maior taxa da série histórica). O recuo se deve a maior geração de empregos no período. São 38 mil empregos a mais em relação ao trimestre anterior, fazendo com que a quantidade de pessoas desocupadas (ou seja, que estavam efetivamente procurando uma oportunidade de emprego) retrocedesse em 30 mil. Outro ponto importante positivo é quantidade de pessoas que estavam fora da força de trabalho (pessoas em idade ativa, porém que não estavam empregadas e nem procurando emprego na semana de referência da pesquisa) também retrocedeu, o que indica que diante esse maior dinamismo do mercado de trabalho no segundo trimestre de 2017, tais pessoas sentiram-se estimuladas a procurar uma vaga de trabalho.



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Estoque de empregos por grupamento de atividade no trabalho principal, em mil trabalhadores - MT.

Grupamento de atividades no trabalho principal - PNADC	1º trimestre 2016	2º trimestre 2016	3º trimestre 2016	4º trimestre 2016	1º trimestre 2017	2º trimestre 2017
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	237	247	258	252	236	229
Indústria geral	149	140	149	136	136	137
Indústria de transformação	*134*	*122*	*126*	*112*	*112*	*115*
Construção	132	146	136	136	141	134
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	304	301	298	314	297	306
Transporte, armazenagem e correio	73	78	78	75	70	81
Alojamento e alimentação	72	77	63	67	73	83
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	106	110	104	106	109	118
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	237	241	240	245	244	259
Outro serviço	60	57	58	58	51	53
Serviço doméstico	113	114	114	121	114	108
Atividades mal definidas	0	0	0	0	0	0
Total	1480	1510	1499	1510	1470	1508

Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

O mercado de trabalho, embora tenha demonstrado uma melhora no segundo trimestre de 2017 com a retração do desemprego, teve uma perda de 2 mil empregos na comparação com o segundo trimestre de 2016. Destacam-se no aspecto positivo os grupamentos da ***Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais*** e o de ***Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas*** com 18 mil e 8 mil novas vagas respectivamente. No espectro negativo se destacam os grupamentos da ***Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*** e o da ***Construção*** com, respectivamente, 18 mil e 12 mil, postos de trabalhos a menos em relação ao segundo trimestre de 2016.

6.2 - Saldo de empregos formais por atividade econômica CAGED

As tabelas a seguir apresentam as atividades econômicas com os maiores e menores saldos de contratações formais (primeiro semestre de 2017), detalhando-se por subdivisões as movimentações de setores específicos do estado.

As 20 Atividades Econômicas que obtiveram maior saldo de contratação CAGED primeiro semestre 2017 – MT

Descrição Classe CNAE 2.0	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Total Jan-Jun
1. Cultivo de Soja	5991	842	-3758	-2440	-212	1755	**2178**
2. Transporte Rodoviário de Carga	585	339	198	267	22	44	**1455**
3. Cultivo de Cana-De-Açúcar	59	150	61	814	233	-86	**1231**
4. Construção de Rodovias e Ferrovias	-40	-41	74	591	417	224	**1225**
5. Atividades de Apoio à Agricultura	480	46	-107	406	95	104	**1024**
6. Fabricação de álcool	-42	618	173	188	17	68	**1022**
7. Armazenamento	777	39	-376	-166	85	303	**662**
8. Comércio Atacadista de Animais Vivos, Alimentos para Animais e Matérias-Primas Agrícolas, Exceto Café e Soja	534	133	-353	-209	46	363	**514**
9. Cultivo de Algodão Herbáceo e de Outras Fibras de Lavoura Temporária	421	-11	-8	-172	-69	329	**490**
10. Obras para Geração e Distribuição de Energia Elétrica e para Telecomunicações	-313	4	112	188	168	286	**445**
11. Atividades de Atendimento Hospitalar	-22	101	103	42	81	56	**361**
12. Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos para Uso Humano e Veterinário	31	116	9	92	18	91	**357**
13. Abate de Reses, Exceto Suínos	-32	7	99	-58	200	139	**355**
14. Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo	27	83	70	49	30	77	**336**
15. Comércio Atacadista de Cereais e Leguminosas Beneficiados, Farinhas, Amidos e Féculas	345	148	-208	-160	154	45	**324**
16. Instalações Elétricas	29	17	6	46	50	138	**286**
17. Comércio Atacadista de Soja	543	126	-336	-175	-29	157	**286**
18. Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	321	26	164	-103	-55	-87	**266**
19. Produção de Sementes Certificadas	107	-12	-32	0	134	65	**262**
20. Serviços Combinados para Apoio a Edifícios, Exceto Condomínios Prediais	75	52	-11	80	16	26	**238**

Fonte: CAGED – MTE.

As 20 Atividade Econômica que obtiveram menor saldo de contratação CAGED - primeiro semestre 2017 – MT

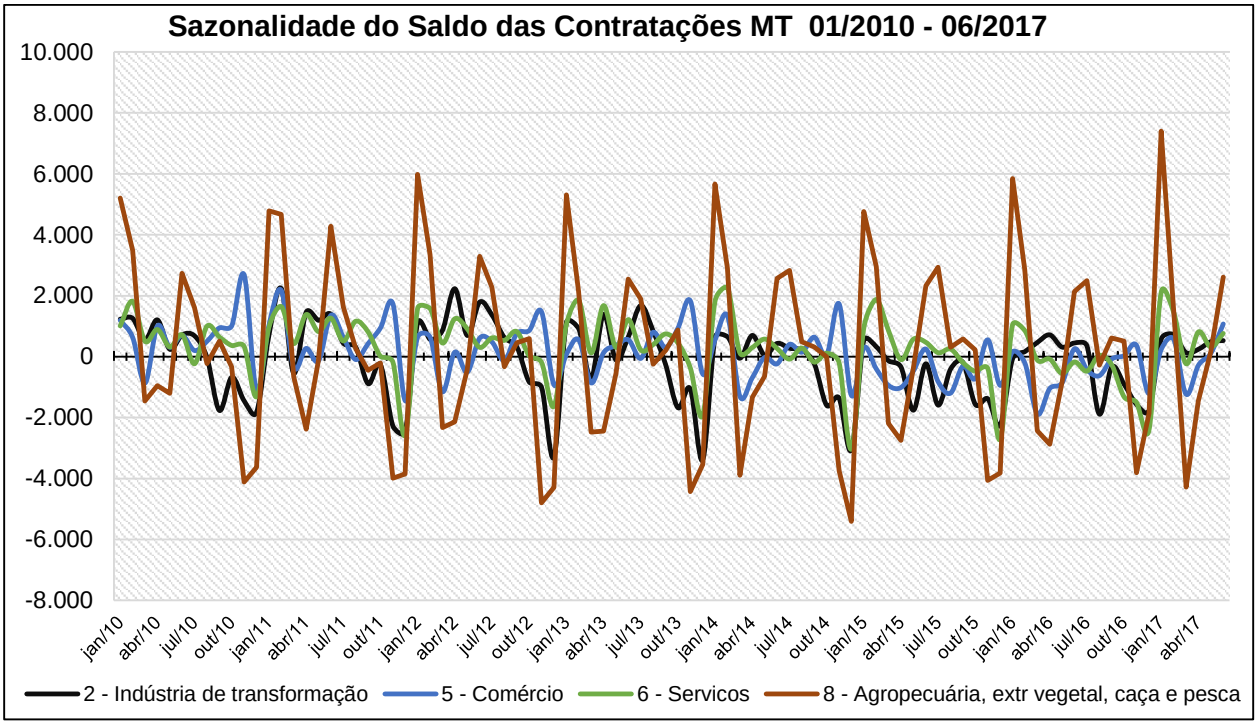
CNAE 2.0 Classe	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Total Jan - Jun
1. Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios	-403	-110	-144	-9	18	69	**-579**
2. Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Hipermercados e Supermercados	-719	18	203	116	-99	-5	**-486**
3. Comércio Varejista Especializado de Móveis, Colchoaria e Artigos de Iluminação	-74	-57	-133	-84	-69	22	**-395**
4. Serviços Especializados para Construção não Especificados Anteriormente	2	-98	-135	19	-108	4	**-316**
5. Atividades de Transporte de Valores	4	-44	-5	-234	-14	-18	**-311**
6. Locação de Mão-De-Obra Temporária	-12	8	0	-21	-2	-144	**-171**
7. Construção de Edifícios	51	-234	-210	282	-107	59	**-159**
8. Comércio Varejista Especializado de Eletrodomésticos e Equipamentos de áudio e Vídeo	-127	-65	29	3	-15	35	**-140**
9. Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação	3	13	-23	21	-142	-1	**-129**
10. Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Intermunicipal, Interestadual e Internacional	-75	-34	-16	-1	1	-1	**-126**
11. Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Municipal e em Região Metropolitana	-80	14	62	-58	-6	-54	**-122**
12. Fabricação de Refrigerantes e de Outras Bebidas Não-Alcoólicas	-74	-21	-9	-1	3	14	**-88**
13. Comércio a Varejo e por Atacado de Veículos Automotores	-42	-33	-3	-2	24	-27	**-83**
14. Atividades de Correio	-4	-1	-17	-7	-17	-33	**-79**
15. Comércio Varejista de Calçados e Artigos de Viagem	-65	-62	-42	58	15	29	**-67**
16. Coleta de Resíduos Não-Perigosos	-94	12	12	-1	0	5	**-66**
17. Comércio Varejista de Ferragens, Madeira e Materiais de Construção	40	-4	-175	15	9	51	**-64**
18. Atividades Técnicas Relacionadas à Arquitetura e Engenharia	5	21	-43	12	-11	-46	**-62**
19. Fabricação de Laticínios	-2	-18	-25	13	-8	-17	**-57**
20. Fabricação de Produtos de Metal não Especificados Anteriormente	1	-8	-16	7	-27	-8	**-51**

Fonte: CAGED – MTE.

Setores relacionados (direta ou indiretamente) ao agronegócio em sua maioria foram as atividades que obtiveram os maiores saldos no primeiro semestre de 2017. Por outro lado, os setores com os menores saldos foram, em sua maioria, àqueles ligados ao comércio varejista.

O segundo semestre, por questões de sazonalidade, apresenta uma relativa inversão desses valores, uma vez que as contratações no setor agropecuário (puxando também a indústria de transformação e os serviços) costumam ocorrer com mais intensidade no primeiro semestre e demissões são esperadas no semestre final do ano. Já os setores

relacionados principalmente ao comércio varejista costumam apresentar no segundo semestre um maior volume de contratações, embora desde 2015 o saldo acumulado tenha se retraído[12] perante a crise econômica.



Fonte: CAGED – MTE.

[12] De janeiro de 2010 a Dezembro de 2014 foram criadas 21.825 vagas no comércio, porém de Janeiro de 2015 a Junho de 2017 foram extintas 10.848 vagas.

6.3 - Rendimento Nominal e Real

Rendimento Médio Nominal e Real do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) - MT

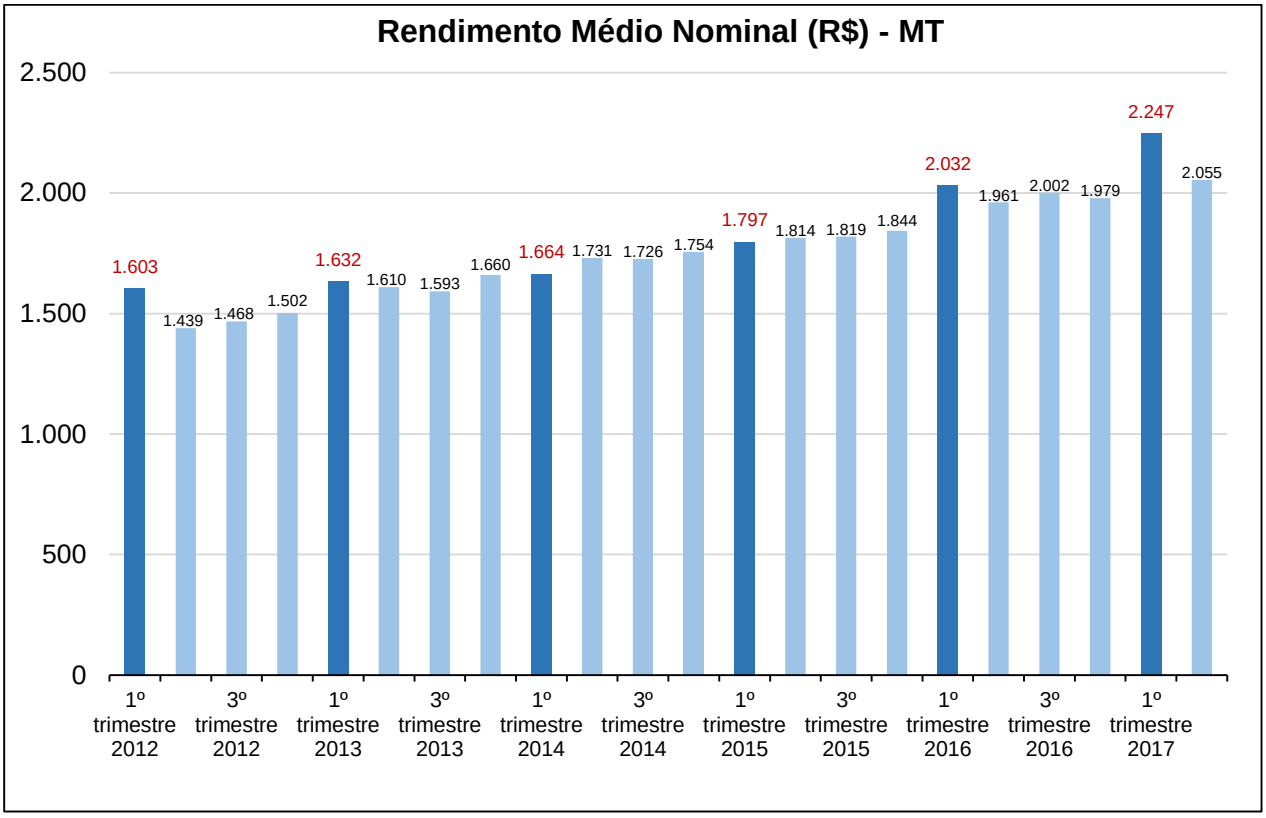
Grupamento de atividades no trabalho principal - PNADC	Tipo de Rendimento	1º trimestre 2016	2º trimestre 2016	3º trimestre 2016	4º trimestre 2016	1º trimestre 2017	2º trimestre 2017	Diferença entre aumento nominal e poder de compra real (2ºT 2017 / 2ºT 2016)	Diferença entre aumento nominal e poder de compra real I (2ºT 2017 / 1ºT 2017)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Nominal	R$ 1.792	R$ 1.828	R$ 1.941	R$ 1.817	R$ 2.048	R$ 1.858	R$ 66,00	-R$ 190,00
	Real	R$ 1.893	R$ 1.899	R$ 1.989	R$ 1.845	R$ 2.058	R$ 1.863	-R$ 30,00	-R$ 195,00
Indústria geral	Nominal	R$ 1.877	R$ 1.668	R$ 1.735	R$ 1.858	R$ 2.057	R$ 1.759	-R$ 118,00	-R$ 298,00
	Real	R$ 1.983	R$ 1.733	R$ 1.777	R$ 1.886	R$ 2.067	R$ 1.763	-R$ 220,00	-R$ 304,00
Indústria de transformação	Nominal	R$ 1.784	R$ 1.571	R$ 1.599	R$ 1.763	R$ 1.934	R$ 1.644	-R$ 140,00	-R$ 290,00
	Real	R$ 1.884	R$ 1.633	R$ 1.639	R$ 1.790	R$ 1.943	R$ 1.648	-R$ 236,00	-R$ 295,00
Construção	Nominal	R$ 1.633	R$ 1.723	R$ 1.799	R$ 1.858	R$ 1.934	R$ 1.630	-R$ 3,00	-R$ 304,00
	Real	R$ 1.725	R$ 1.790	R$ 1.843	R$ 1.887	R$ 1.943	R$ 1.634	-R$ 91,00	-R$ 309,00
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	Nominal	R$ 2.028	R$ 1.924	R$ 1.863	R$ 1.828	R$ 2.053	R$ 1.985	-R$ 43,00	-R$ 68,00
	Real	R$ 2.142	R$ 1.999	R$ 1.908	R$ 1.856	R$ 2.063	R$ 1.989	-R$ 153,00	-R$ 74,00
Transporte, armazenagem e correio	Nominal	R$ 2.350	R$ 2.262	R$ 2.354	R$ 2.225	R$ 2.392	R$ 2.422	R$ 72,00	R$ 30,00
	Real	R$ 2.482	R$ 2.351	R$ 2.411	R$ 2.259	R$ 2.403	R$ 2.428	-R$ 54,00	R$ 25,00
Alojamento e alimentação	Nominal	R$ 1.369	R$ 1.378	R$ 1.717	R$ 1.498	R$ 1.737	R$ 1.541	R$ 172,00	-R$ 196,00
	Real	R$ 1.446	R$ 1.432	R$ 1.759	R$ 1.521	R$ 1.745	R$ 1.545	R$ 99,00	-R$ 200,00
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	Nominal	R$ 2.579	R$ 2.551	R$ 2.554	R$ 2.595	R$ 2.595	R$ 2.497	-R$ 82,00	-R$ 98,00
	Real	R$ 2.724	R$ 2.651	R$ 2.616	R$ 2.634	R$ 2.607	R$ 2.503	-R$ 221,00	-R$ 104,00
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	Nominal	R$ 3.060	R$ 2.877	R$ 2.931	R$ 2.900	R$ 3.662	R$ 3.090	R$ 30,00	-R$ 572,00
	Real	R$ 3.232	R$ 2.990	R$ 3.003	R$ 2.944	R$ 3.679	R$ 3.097	-R$ 135,00	-R$ 582,00
Outro serviço	Nominal	R$ 1.584	R$ 1.559	R$ 1.414	R$ 1.542	R$ 1.527	R$ 1.724	R$ 140,00	R$ 197,00
	Real	R$ 1.673	R$ 1.620	R$ 1.449	R$ 1.566	R$ 1.534	R$ 1.728	R$ 55,00	R$ 194,00
Serviço doméstico	Nominal	R$ 935	R$ 832	R$ 810	R$ 859	R$ 917	R$ 833	-R$ 102,00	-R$ 84,00
	Real	R$ 987	R$ 864	R$ 830	R$ 872	R$ 921	R$ 835	-R$ 152,00	-R$ 86,00
Total	**Nominal**	**R$ 2.032**	**R$ 1.961**	**R$ 2.002**	**R$ 1.979**	**R$ 2.247**	**R$ 2.055**	R$ 23,00	-R$ 192,00
	Real	**R$ 2.146**	**R$ 2.037**	**R$ 2.051**	**R$ 2.010**	**R$ 2.258**	**R$ 2.060**	-R$ 86,00	-R$ 198,00

Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

De modo geral, os rendimentos do segundo trimestre de 2017 em relação ao segundo trimestre de 2016 são nominalmente menores, refletindo um poder aquisitivo ainda menor quando se verifica os rendimentos reais. Tal efeito, reflexo ainda da alta taxa de

desemprego, demonstram que com uma grande oferta de mão de obra em busca de emprego em uma economia ainda deprimida (por fatores nacionais afetando mais intensamente o setor terciário e novos fatores locais, mais relacionados ao setor primário, ambos impactando no setor secundário), os salários tendem a retrair.

A explicação para a elevação sazonal do rendimento médio no primeiro trimestre se deve, provavelmente, em função do recebimento do adicional de férias, reajuste de salário mínimo, comissões de vendas, em alguns casos 13º salário e possíveis acertos salariais de categoria se realizam no início do ano.



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

7. FINANÇAS PÚBLICAS - MT

7.1 - Receitas

O Governo do Estado de Mato Grosso registrou no primeiro semestre de 2017 uma Receita Primária Total de R$ 7.927.208.116,39, sendo que no mesmo período em 2016 esse valor havia sido de R$ 7.597.189.178,73. Em termos reais, atualizando-se o valor acumulado até junho de 2016 pelo IPCA de junho de 2017, têm-se R$ 7.852.368.127,18 o que evidencia um crescimento real da receita, no primeiro semestre 2017, de apenas 0,95%.

Receitas Primárias, Correntes e Total

	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Previsão Atualizada (para o Ano)
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**7.907.827.505,90**	**7.546.633.674,03**	**16.942.729.723,53**
Receitas Tributárias	3.245.503.163,72	3.222.393.828,20	7.255.831.811,21
ICMS	2.451.537.815,27	2.423.273.785,63	5.520.147.406,71
IPVA	187.038.707,21	172.128.374,19	244.349.346,84
ITCD	40.302.536,47	37.703.735,99	72.891.608,91
IRRF	472.054.427,35	485.626.100,75	1.219.768.199,24
Outras Receitas Tributárias	94.569.677,42	103.661.831,64	198.675.249,51
Receitas de Contribuições	2.039.569.565,79	1.669.885.931,49	4.195.235.088,37
Receitas Previdenciárias	1.162.014.705,47	1.234.898.905,03	3.028.540.308,84
Outras Receitas de Contribuições	877.554.860,32	434.987.026,46	1.166.694.779,53
Receita Patrimonial Líquida	14.581.055,93	8.554.256,77	10.871.458,34
Receita Patrimonial	145.511.296,45	134.380.938,48	159.949.159,34
(-) Aplicações Financeiras	- 130.930.240,52	125.826.681,71	149.077.701,00
Transferências Correntes	1.756.166.194,55	2.069.489.032,52	4.160.675.571,93
Cota-Parte do FPE	827.975.116,95	765.170.257,89	1.550.296.113,00
Convênios Correntes	14.722.313,19	27.533.316,53	75.661.890,62
Outras Transferências Correntes	913.468.764,41	1.276.785.458,10	2.534.717.568,31
Demais Receitas Correntes	852.007.525,91	576.310.625,05	1.320.115.793,68
Dívida Ativa	19.228.787,79	11.320.992,50	39.892.227,97
Diversas Receitas Correntes	832.778.738,12	564.989.632,55	1.280.223.565,71
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**178.441.171,54**	**375.375.262,93**	**1.337.415.511,42**
Operações de Crédito (III)	158.521.629,82	323.767.266,78	666.297.827,22
Amortização de Empréstimos (IV)	506.799,59	-	1.532.918,45
Alienação de Bens (V)	32.131,64	1.052.491,45	3.857.341,50
Transferências de Capital	19.380.610,49	50.555.504,70	461.628.824,78
Convênios Capital	15.748.737,49	45.015.599,70	454.691.677,78
Outras Transferências de Capital	3.631.873,00	5.539.905,00	6.937.147,00
Outras Receitas de Capital	-	-	204.098.599,47
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**19.380.610,49**	**50.555.504,70**	**665.727.424,25**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**7.927.208.116,39**	**7.597.189.178,73**	**17.608.457.147,78**

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional

7.2 - Despesas

A Despesa Primária Total é avaliada por duas óticas, a liquidada e Empenhada.

A Despesa Primária Total Liquidada é a verificação do direito adquirido pelo credor de receber o pagamento. É o segundo estágio da execução da despesa, precedido do empenho e antecedido do pagamento. Já a Despesa Primária Total Empenhada é o Valor do orçamento público formalmente reservado (pela emissão do empenho) para compromissos assumidos com terceiros.

7.2.1 - Despesas Empenhadas

A Despesa Primária Total Empenhada chegou a R$ 9.176.257.335,16 ao final do primeiro semestre de 2017, enquanto em 2016 esses valores eram de R$ 7.865.170.704,59. Em termos reais, a despesa do primeiro semestre de 2016, atualizada para junho de 2017, chega a R$ 8.129.350.777,32 evidenciando um crescimento real de 12,9%.

O Resultado Primário (pela ótica do empenho), dado pela diferença entre a Receita Primária Total e a Despesa Primária Total, no primeiro semestre de 2017 (terceiro trimestre) foi deficitário em R$ 1.249.049.218,77, no mesmo período de 2016 esse déficit era de R$ 267.981.525,86. Em relação ao segundo e o primeiro bimestre de 2017 o déficit registrado havia sido de R$ 1.162.111.538,02 e R$ 775.137.418,49 respectivamente.

Despesas Correntes, Primárias e Resultado Primário Empenhados

	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Dotação Atualizada (Para o Ano)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**8.213.615.597,25**	**7.285.070.878,90**	**15.937.293.629,72**
Pessoal e Encargos Sociais	5.889.028.303,18	5.256.051.079,80	11.718.469.614,82
Juros e Encargos da Dívida (IX)	205.851.524,19	304.333.665,25	211.262.513,71
Outras Despesas Correntes	2.118.735.769,88	1.724.686.133,85	4.007.561.501,19
Transferências Constitucionais e Legais	109.150.699,74	48.076.268,25	167.512.796,18
Demais Despesas Correntes	2.009.585.070,14	1.676.609.865,60	3.840.048.705,01
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**8.007.764.073,06**	**6.980.737.213,65**	**15.726.031.116,01**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.546.881.003,28	1.345.727.459,18	2.755.232.972,91
Investimentos	1.168.493.262,10	884.433.490,94	2.361.608.303,81
Inversões Financeiras	1.994.104,59	-	10.353.190,00
Concessão de Empréstimos (XII)	1.994.104,59	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	10.353.190,00
Amortização da Dívida (XIV)	376.393.636,59	461.293.968,24	383.271.479,10
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**1.168.493.262,10**	**884.433.490,94**	**2.371.961.493,81**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**9.176.257.335,16**	**7.865.170.704,59**	**18.235.031.130,59**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**- 1.249.049.218,77**	**- 267.981.525,86**	**- 626.573.982,81**

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional

7.2.2 - Despesas Liquidadas

Despesas Correntes, Primárias e Resultado Primário Liquidado

	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Dotação Atualizada (Para 2017)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**7.279.630.176,40**	**6.510.453.060,60**	**15.937.293.629,72**
Pessoal e Encargos Sociais	5.827.633.447,50	5.187.104.996,29	11.718.469.614,82
Juros e Encargos da Dívida (IX)	170.366.700,79	213.879.503,08	211.262.513,71
Outras Despesas Correntes	1.281.630.028,11	1.109.468.561,23	4.007.561.501,19
Transferências Constitucionais e Legais	84.408.413,11	34.746.603,69	167.512.796,18
Demais Despesas Correntes	1.197.221.615,00	1.074.721.957,54	3.840.048.705,01
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**7.109.263.475,61**	**6.296.573.557,52**	**15.726.031.116,01**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	530.045.288,80	486.469.136,83	2.755.232.972,91
Investimentos	225.953.298,09	167.726.867,33	2.361.608.303,81
Inversões Financeiras	-	-	10.353.190,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	10.353.190,00
Amortização da Dívida (XIV)	304.091.990,71	318.742.269,50	383.271.479,10
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**225.953.298,09**	**167.726.867,33**	**2.371.961.493,81**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**7.335.216.773,70**	**6.464.300.424,85**	**18.235.031.130,59**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**591.991.342,69**	**1.132.888.753,88**	**- 626.573.982,81**

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional

A Despesa Primária Total Liquidada chegou a R$ 7.335.216.773,70 ao final do primeiro semestre de 2017, enquanto em 2016 esses valores eram de R$ 6.464.300.424,85. Em termos reais a despesa (liquidada) do primeiro semestre de 2016, atualizada para junho de 2017 (IPCA), atinge R$ 6.681.427.226,05 evidenciando um crescimento real da Despesa Primária Total Liquidada de 3,35%.

O Resultado Primário Liquidado no primeiro semestre de 2017 foi superavitário em R$ 591.991.342,69, no mesmo período de 2016 esse superávit foi de R$ 1.132.888.753,88.

Verifica-se, diante os dados, um comportamento de tendência relativamente negativa das contas públicas estaduais para o segundo semestre. A diferença entre as Despesas Primárias Totais Liquidadas 2017/2016 aumentou em R$ 870.916.348,85, ou seja, o somatório das despesas efetivamente pagas pelo governo do estado em relação ao 1º semestre de 2017 aumentou em relação a 2016, porém o valor das Despesas Primárias Totais Empenhadas foram R$1.311.086.630,57, maior que em relação ao mesmo período de 2016. Por consequência, mesmo pagando mais em 2017 do que em 2016, a diferença entre o empenhado e o liquidado neste 1º semestre de 2017 foi de R$ 1.841.040.561,46, valor R$ 440.170.281,72 maior que em relação ao ano anterior.

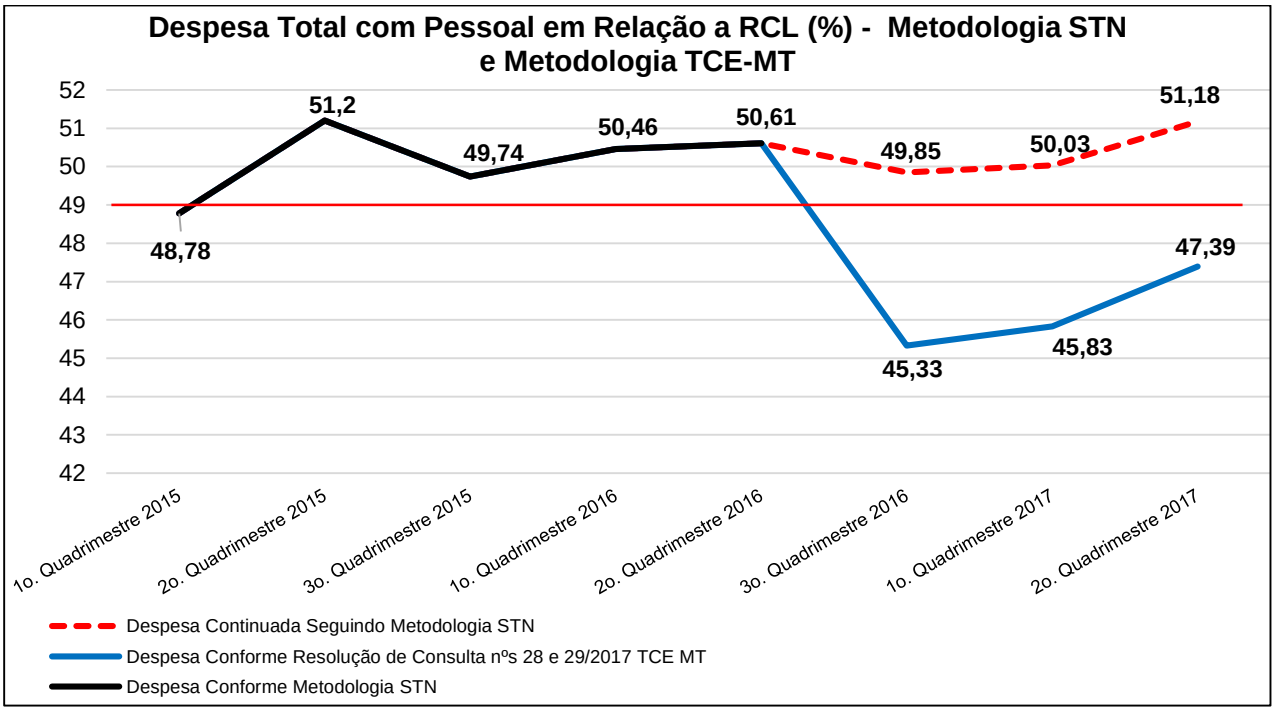
7.3 - Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida do governo de Mato Grosso, perante a crise econômica, chega, no 2º quadrimestre de 2016[13], a contrair nominalmente.

Receita Corrente Líquida, Despesa de Pessoal e Limites (LRF)

	1o. Quadrimestre 2016	2o. Quadrimestre 2016	3o. Quadrimestre 2016	1o. Quadrimestre 2017
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	12.209.085.734,48	12.816.224.084,57	12.522.756.874,44	12.871.326.692,86
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.161.249.139,57	6.485.693.546,70	5.675.960.966,95	5.899.073.955,61
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.982.452.009,90	6.279.949.801,44	6.136.150.868,48	6.306.950.079,50
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.683.329.409,41	5.965.952.311,37	5.829.343.325,06	5.991.602.575,53
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.384.206.808,91	5.651.954.821,30	5.522.535.781,63	5.676.255.071,55
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) %	50,46	50,61	45,33	45,83
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) %	49	49	49	49
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) %	46,55	46,55	46,55	46,55
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) %	44,1	44,1	44,1	44,1

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional

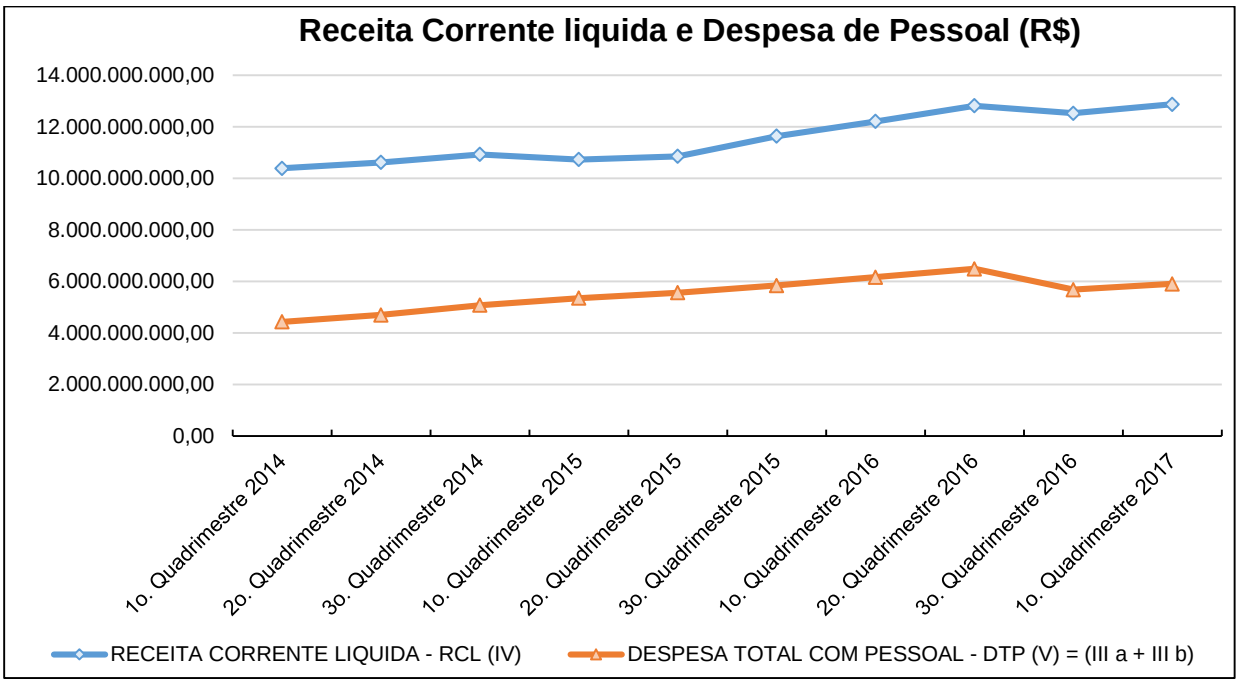


Fonte: Siconfi - Tesouro Nacional. *Período: 1º Quadrimestre de 2015 ao 2º Quadrimestre de 2017 (linha preta e azul).* Sefaz MT / Seplan MT – Superintendência de Receita e Despesa. *Período: 3º Quadrimestre de 2016 ao 2º Quadrimestre de 2017 (linha vermelha).*

Obs.: Os dados do RGF do segundo quadrimestre de 2017 (deste gráfico) foram incorporados ao trabalho de forma posterior e acessória, sendo esta uma exceção, uma vez que no fechamento do primeiro semestre (foco desta análise) ainda não haviam sido divulgados tais números. É por este motivo que as análises da conjuntura, em relação aos dados do RGF (RCL e DTP), realizaram-se em relação ao primeiro quadrimestre 2017.

[13] A Receita Corrente Liquida já havia contraído nominalmente anteriormente, no primeiro quadrimestre de 2015.

Em relação ao primeiro quadrimestre de 2016, há elevação nominal da RCL em 5,42%. Em termos reais, atualizando-se o valor de abril de 2016 para abril de 2017 pelo IPCA, o valor alcança R$ 12.785.040.860,00, o que representa um crescimento real de apenas 0,67%.



Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional

A retração da Despesa Total de Pessoal a partir do terceiro quadrimestre de 2016[14] (linha azul) ocorre diante novos entendimentos jurídico-contábeis, fazendo com que algumas contas de despesas sejam deduzidas[15], entretanto a diferença negativa de R$ 981.067.692,91 do Resultado Primário Deficitário Empenhado de 2017 em relação ao primeiro semestre de 2016, e ainda um Resultado Primário Liquidado Superavitário com valor R$ 540.897.411,19 inferior em relação a 2016, evidencia-se, na realidade, que as despesas com pessoal continuaram acima (e nos últimos dois quadrimestres crescentes) do limite determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (linha pontilhada vermelha).

[14] Algumas deduções já haviam sido feitas no 3º Quadrimestre de 2015.

[15] Nota emitida no Relatório de Despesa de Pessoal do 3º Quadrimestre de 2016:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

c) Conforme parecer de auditoria nº 532/2015 da CGE, os valores(R$ 155.533.074,10) das despesas de inativos e pensionistas do Tribunal de Contas e Assembléia Legislativa pagos pela EGE-SAD foram excluído das despesas de pessoal do Executivo.

d) Este relatório será publicado conforme orientação CGE sobre retirada do valor de R$ 16.489.497,06 das despesas de pessoal, vide parecer 1256/2015. Rubrica 1290

e) Este relatório será publicado conforme orientação CGE sobre retirada do valor de R$ 24.987.948,32 das despesas de pessoal, vide parecer 409/2016. Rubrica 2310,2311 e 2312.

f) Este relatório será publicado conforme resolução de consulta nº 28/2016 do TCE sobre retirada de valores referente à Defensoria do Poder Executivo. Valor considerado de R$ 84.086.691,11

f) Este relatório será publicado conforme resolução de consulta nº 29/2016 do TCE sobre retirada de valores referente ao IRRF. Valor considerado de R$ 1.014.329.136,01

A análise da dinâmica de baixo crescimento das Receitas Primárias Totais bem como da Receita Corrente Líquida revela que, não obstante a agropecuária, Serviços e a Indústria de Transformação terem uma intensidade econômica concentrada no primeiro semestre, o crescimento real das receitas foi menor que 1%. Ainda que seja importante ressaltar uma perspectiva econômica de retomada moderada do comércio e da construção civil no segundo semestre de 2017, a realidade é que as despesas devem continuar crescendo em ritmo mais acelerado que a capacidade de geração de receitas advindas das atividades econômicas.

7.4 - Dívida Pública Estadual

Dívida Consolidada, Dívida Consolidada Liquida e Dívida Fiscal Liquida

	Até 3º Bimestre 2017	No Bimestre Anterior	Em 31/Dez/2016
Dívida Consolidada (I)	6.800.336.424,12	6.680.984.133,93	6.784.889.079,90
DEDUÇÕES (II)	2.627.269.883,13	2.103.283.971,13	1.277.360.633,28
Disponibilidade de Caixa	2.466.615.456,06	2.045.522.012,51	1.219.498.251,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.648.258.004,45	2.612.213.118,62	2.166.602.799,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	181.642.548,39	566.691.106,11	947.104.548,46
Demais Haveres Financeiros	160.654.427,07	57.761.958,62	57.862.382,25
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	4.173.066.540,99	4.577.700.162,80	5.507.528.446,62
Receita de Privatizações (IV)	-	-	-
Passivos Reconhecidos (V)	259.654.381,62	260.144.914,65	183.905.009,26
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	3.913.412.159,37	4.317.555.248,15	5.323.623.437,36

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional

A Dívida Consolidada Pública do estado se elevou no 3º bimestre de 2017, em relação ao bimestre anterior, todavia, devido a maior disponibilidade de caixa e também do menor volume de Restos a Pagar no período, a Dívida Consolidada Líquida apresentou redução, por consequência a Dívida Fiscal Líquida, diante retrocesso da DCL e da elevação dos passivos reconhecidos, também se retrai. Ressalta-se que diante aparente alívio, diante as deduções de ordem variável, é importante verificar que a Dívida Consolidada, ou seja, a dívida como um todo, elevou-se ao fim do primeiro semestre.

8. CONCLUSÃO

As atividades ligadas ao setor agropecuário exportador passam por um período um tanto incerto, uma vez que os principais produtos agrícolas (milho e soja) do estado, estão internamente com preços próximos ou abaixo do custo de produção e isso tem influência direta nessas atividades econômicas, pois preços em níveis menores desestimulam em certa medida a produção, que resulta menor consumo de insumos e serviços. As Receitas Tributárias, ante esses sintomas, ainda não tão aparentes, devido ao maior volume da produção primária, tendem a oscilar entre baixo crescimento e ocasionais quedas no segundo semestre de 2017.

As operações de crédito mostram o quanto os investimentos estão estagnados, porém uma boa notícia é quanto ao consumo das pessoas físicas que obteve uma leve

retomada com a queda da inflação e consequente redução dos juros e da inadimplência, o que faz com que o Comércio e os Serviços demonstrem um crescimento no primeiro semestre de 2017, com a tendência[16] desse crescimento se perpetuar para o segundo semestre.

A indústria diretamente ligada ao setor da agricultura empresarial, tanto em relação a demanda de insumos quanto no beneficiamento, mesmo que básico, da produção primária, por questões de sazonalidade da produção agrícola, tendem no segundo semestre a decrescer. A expectativa positiva se dá em relação a pecuária, pois a elevação das importações de carne[17] por parte dos principais países consumidores (Hong Kong, Irã e China) e a abertura de mercados (são 16 países consumidores, incluindo os Estados Unidos, importando carne nesse primeiro semestre 2017, que não haviam importado no mesmo período de 2016) devem resultar, consequentemente, no encarecimento do preço interno, dinâmica que deve perdurar para o segundo semestre de 2017.

É evidente que o problema orçamentário estadual (da mesma forma os déficits mensais do governo federal) deve necessariamente ser combatido nas suas causas, ou seja, diminuindo e cortando gastos. Aumento de impostos[18] podem, quando muito, amenizar, no curto prazo, os déficits orçamentários das contas do governo (piorando a situação geral da população), mas não resolvem o problema real, e a longo prazo tendem a ter efeitos contrários aos esperados inicialmente (curva de Lafer[19]) diante uma já elevada carga tributária brasileira[20]. Reformas são inerentes ao arranjo que busca sanar contas deficitárias, problema que, em teoria, almeja-se solucionar.

[16] Reformas econômicas são aguardadas pelos empresários, investidores e principalmente trabalhadores desempregados, que em caso de se concretizar (de uma forma sem desvirtuações políticas) proporcionam melhor ambiente de negócios e investimentos, o que tende a elevar o consumo e criação de empregos.

[17] Carnes Desossadas de Bovino, Congeladas.

[18] Em uma situação em que o setor primário, mais especificamente a soja e o milho, enfrentam ao longo deste primeiro semestre preços menores que o custo de produção, aumentos (ou criação) de impostos só pioram os prejuízos e afetam a perspectiva futura de produção. Em relação ao setor secundário e terciário, aumentos de impostos implicam no encarecimento dos preços do varejo e dos serviços, ocasionando retração da quantidade demandada destes produtos, fundamentalmente, reduzindo o consumo dos trabalhadores mais pobres, e diante elevação de custos e perdas de receitas tendem a aumentar as falências e a eliminação de postos de trabalhos em seu ciclo vicioso.

[19] **CURVA DE LAFER.** Teoria desenvolvida pelo economista monetarista norte-americano Arthur Lafer, segundo a qual existe uma relação peculiar entre a arrecadação tributária e a taxa de impostos na economia. Quando esta última é baixa, a relação é diretamente proporcional, mas depois de ultrapassar um ponto de maximização da arrecadação, a relação passa a ser inversamente proporcional. Assim, a partir de determinado nível de tributação, qualquer elevação da taxa, em lugar de provocar aumento da arrecadação, resultaria numa redução. Ao contrário, uma redução da taxa de impostos proporcionaria um aumento da arrecadação.

[20] O Brasil possui a 36ª maior carga tributária, em relação PIB, entre 179 países que possuem dados disponíveis, situando-se entre países desenvolvidos europeus. Em relação as américas possuem a 3ª maior carga tributária, perdendo apenas para Cuba (1ª) e Argentina (2ª). Dados Disponíveis em: http://www.heritage.org/index/explore?view=by-variables. Nenhum país (ou mais corretamente população) do mundo se tornou rico com elevada carga tributária, pelo contrário, após se tornarem ricas, com baixa tributação, liberalização econômica e acumulação de capital, é que passaram a oferecer um estado de bem estar social dependente de elevada tributação. Alta carga tributária desacelera o crescimento econômico pois, inibe investimentos, elevam os juros, aumentam os custos e afetam negativamente a competitividades e a produtividade.